



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2017 - COMENTÁRIOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Prezados acionistas
A Administração da TIM Participações S.A. ("TIM Participações", "Companhia" ou "TIM") apresenta o Relatório de Administração e Análise dos Resultados 2017, juntamente com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e com o Relatório dos Auditores Independentes para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2017.
As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade IFRS (International Financial Reporting Standards), conforme definidas pela IASB. As informações operacionais e financeiras de 2017, exceto quando indicado de outro modo, são apresentadas em Reais (R\$), com base nos valores consolidados, e em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações.

Perfil da Companhia
A TIM Participações é uma sociedade de capital aberto, com ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) e ADRs (*American Depositary Receipts*) listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (New York Stock Exchange - NYSE). Em 2017, a TIM confirmou a sua manutenção, pelo décimo ano consecutivo, no seleto grupo de companhias que integram o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), reforçando o seu compromisso com sustentabilidade econômica, social e ambiental. Além disso, é a única do setor de telecomunicações listada do Novo Mercado, segmento reconhecido pelo mais alto nível de governança corporativa da B3. A TIM Participações é controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A., uma subsidiária do grupo Telecom Italia. Através da troca de experiências e adoção de uma política de boas práticas, a Companhia compartilha experiências com a sua controladora e academia sinérgicas que beneficiam todos os seus clientes. Através de suas subsidiárias, TIM Celular S.A. e TIM S.A. (ex-Intelig), a TIM opera nos mercados de telefonia móvel, fixa, longa distância e transmissão de dados, em todo território brasileiro, e no mercado de ultra banda larga abrangendo alguns estados do país.

1. Mensagem da Administração
O ano de 2017 confirma que a trajetória de recuperação dos nossos resultados, iniciada a partir do segundo semestre de 2016, foi consolidada. Apesar de uma recuperação macroeconômica muito gradual, o foco na execução do plano desenhado, possibilitou a TIM não só voltar a crescer de maneira sólida, mas também apresentar alguns indicadores batendo níveis históricos, como o EBITDA e a Margem EBITDA de 4º trimestre. Essa transformação foi construída a partir da busca pela melhor experiência para o usuário e tendo como motores: (i) a transformação da base, com forte incremento na proposta de valor e maior incentivo a ofertas recorrentes; (ii) a construção da maior e melhor rede 4G do Brasil e (iii) uma abordagem voltada para eficiência em todas as atividades combinada com primeiros efeitos do processo de digitalização.

Transformação da Base de Clientes
A mudança na proposta de valor aos clientes com inclusão de novos serviços e benefícios e uma melhor experiência de uso, segue gerando ótimos resultados operacionais, tais como a adição de 2,9 milhões de linhas no segmento pós-pago, que alcançou um mix de 30% da base total e ainda o crescimento das ofertas recorrentes de pré-pago que dobram sua participação sobre a base, atingindo o patamar de 26%. Uma das consequências positivas desse processo é o crescimento do ARPU que atingiu 12,1% no ano. A transformação também se dá pela mudança nos hábitos e demandas dos clientes, que passam a usar cada vez mais dados e serviços digitais. Portanto, incentivar a migração para uma tecnologia onde a experiência com esses serviços é muito melhor torna-se fundamental para o sucesso. Neste sentido, nós continuamos a incentivar a migração para a 4G, chegando a 27,6 milhões de usuários nesta tecnologia, um crescimento de 63,7%, o que representa 47,1% da base total da TIM. Esse resultado foi possível graças ao contínuo esforço da TIM em equipar sua base com smartphones. Ao final de 2017 a penetração de smartphones sobre a base total atingiu 80,9%.

Liderança em Cobertura 4G: Maior e Melhor
A evolução da nossa infraestrutura é parte essencial dentro da estratégia de busca por uma base de clientes de mais alto valor. A manutenção da posição de liderança em cobertura 4G, com mais de 3 mil cidades e 91% da população urbana, nos dá um diferencial competitivo importante que foi conquistado com implantação eficiente de um processo de *refarming* da frequência de 1,8 GHz. A utilização de novas funcionalidades também faz parte da construção da melhor experiência 4G, por isso, somos a única operadora do Brasil a utilizar a voz sobre LTE, já disponível em 1.200 cidades. Adicionalmente, somos a Companhia que mais acelerou na implementação do 4G através da frequência de 700 MHz, entregando mais de 900 cidades cobertas, o que proporciona uma melhora significativa na cobertura *indoor* e reforça nosso compromisso em ser o melhor provedor de 4G do país. A infraestrutura fixa também evoluiu, em 2017, expandimos nossa rede de fibra ótica, superando a marca de 85 mil quilômetros, o que auxiliou o desempenho da rede móvel com a conexão dos sites à fibra e amplia a cobertura dos serviços de ultra banda larga da TIM Live, líder de satisfação no ranking Netflix e premiada pelo Estadão. Essa expansão permitiu o lançamento preliminar da ultra banda larga via FTTH, *Fiber To The Home*, que será expandida em 2018, reforçando o foco no mais alto valor.

Eficiência em Todas as Frentes
O programa de eficiência continua a permear toda a Companhia, somando ao longo de 2017 R\$ 659 milhões em economias, apesar da contínua expansão da infraestrutura e de um esforço comercial maior para atrair clientes de valor. Os objetivos do programa não se restringem a economias financeiras, mas também visam à melhoria operacional e a melhor experiência do cliente. As iniciativas em curso são avançadas para a continuidade do crescimento da TIM, onde se destacam os seguintes projetos: (i) redefinição de processos e sistemas; (ii) revisão das estratégias de comissionamento; (iii) reorganização societária; (iv) eficiência fiscal; (v) renegociação de contratos; e (vi) desenvolvimento de infraestrutura própria, reduzindo o número de linhas alugadas. O processo de "digitalização" permeia algumas dessas frentes e começou a render frutos já em 2017, com crescimento expressivo na utilização de canais não-humanos de atendimento e vendas. Nossos esforços garantirão não apenas uma organização mais eficiente, mas também uma economia significativa, contribuindo para expansão da margem EBITDA à patamares históricos.

Conclusão e Perspectivas
O nosso *turnaround* evoluiu, deixando de ser um processo de recuperação, para uma história de crescimento sustentado e consistente. A efetividade da estratégia permitiu à Companhia entregar todas as metas de curto prazo estabelecidas no plano industrial 2017-2019, cujos pilares estratégicos continuam a guiar o caminho da TIM, com foco na eficiência e na melhor experiência do cliente. Há oportunidades interessantes que queremos capturar, para isso, iremos manter o foco evolução da nossa infraestrutura e acelerar a transformação digital, que nos trará melhores resultados operacionais e financeiros, além de elevar a qualidade dos nossos serviços. O ano de 2018 será de muito trabalho e continuaremos comprometidos com nossa trajetória de crescimento combinada com melhorias na rentabilidade e geração de caixa.

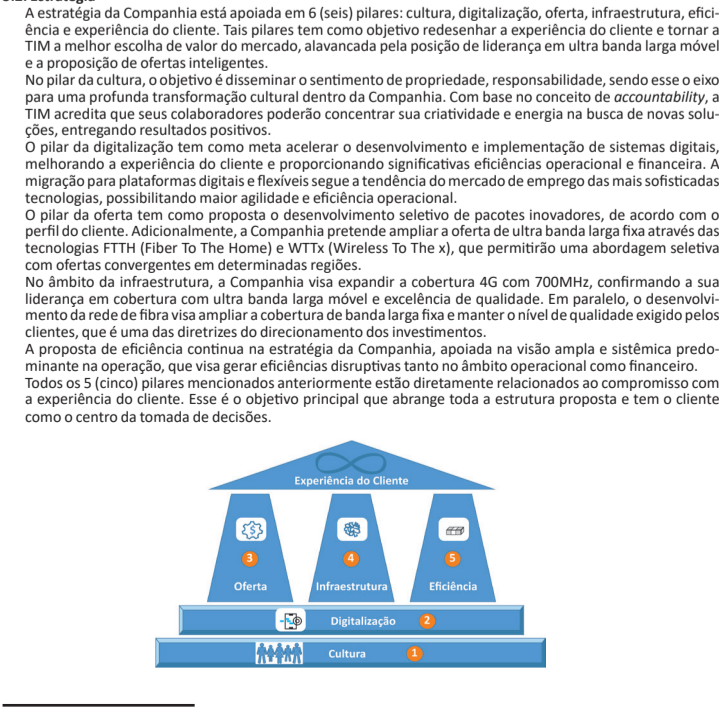
Stefano De Angelis CEO

2. Panorama Econômico e Industrial
2.1. Ambiente Macroeconômico.
O ano de 2017 marcou a inflexão da economia brasileira com a recuperação do Produto Interno Bruto (PIB) que cresceu 1,00%, após dois anos de queda consecutiva, puxado, principalmente, pelo consumo doméstico e superávit da balança comercial.
A inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), esteve sob estrito controle e fechou 2017 em 2,95%, abaixo do piso da meta estabelecida pelo Banco Central. O desempenho é explicado pelas super-safas, que reduziram os preços dos alimentos, e ainda pela redução do preço das bebidas. A taxa básica de juros (SELIC) confirmou a trajetória descendente e fechou o ano na mínima histórica, 7,00%, uma expressiva redução de 6,75 pontos percentuais em comparação com o fechamento de 2016. Esse movimento é explicado pela, ainda que, leve recuperação econômica do país e pela menor expectativa de inflação. Na frente cambial, o Real desvalorizou 1,50% contra o dólar americano em 2017. No ano, a taxa de câmbio apresentou forte oscilação, diante de denúncias de casos de corrupção no Brasil, e da política monetária e sistemas de propostas pelo governo Norte-Americano. A balança comercial fechou o ano com um superávit de US\$ 67 bilhões, representando um crescimento de 40,49% em comparação com 2016. Destaque para o avanço de 17,55% das exportações, que mais do que compensou o aumento de 9,59% nas importações. Apesar do resultado geral positivo, a instabilidade continuou a marcar o ambiente político, acarretando em incertezas quanto à aprovação das reformas fiscal e política. As eleições presidenciais 2018 também corroboram para uma menor previsibilidade dos rumos da economia do país. No cenário internacional, a permanente instabilidade militar, em especial entre Estados Unidos e Coreia do Norte, trouxe volatilidade aos mercados, gerando fortes oscilações. Na Europa, o nível de atividade econômica evolui na zona do euro, mesmo com a continuidade das discussões sobre o *Brexit*. Nos Estados Unidos, o crescimento do PIB foi mais robusto e a política monetária do Fed não tem de incertezas quanto à sustentabilidade do crescimento da economia global nos próximos anos.

2.2. Particularidades do Setor de Telecomunicações.
O setor de telecomunicações no Brasil é marcado pela grande concorrência e pela efetiva regulação da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL, que tem a missão de "promover o desenvolvimento das telecomunicações do país, de modo a dotá-lo de uma moderna e eficiente infraestrutura de telecomunicações, capaz de oferecer à sociedade serviços adequados, diversificados e a preços justos, em todo o território nacional". A gradual recuperação no cenário econômico impactou diretamente o mercado de telecomunicações em 2017, que manteve a trajetória de redução da base de clientes móveis. No mercado móvel, o processo de migração de assinantes pré-pago para planos híbridos (planos controle) e pós-pago marcou a dinâmica das bases de clientes e o movimento de crescimento de 40,49% em comparação com 2016. Destaque para o avanço de 17,55% das exportações, que mais do que compensou o aumento de 9,59% nas importações. Apesar do resultado geral positivo, a instabilidade continuou a marcar o ambiente político, acarretando em incertezas quanto à aprovação das reformas fiscal e política. As eleições presidenciais 2018 também corroboram para uma menor previsibilidade dos rumos da economia do país. No cenário internacional, a permanente instabilidade militar, em especial entre Estados Unidos e Coreia do Norte, trouxe volatilidade aos mercados, gerando fortes oscilações. Na Europa, o nível de atividade econômica evolui na zona do euro, mesmo com a continuidade das discussões sobre o *Brexit*. Nos Estados Unidos, o crescimento do PIB foi mais robusto e a política monetária do Fed não tem de incertezas quanto à sustentabilidade do crescimento da economia global nos próximos anos.

3. Serviços TIM
3.1. Negócios.
A TIM é reconhecida por sua forte marca e pela reputação de uma empresa inovadora e disruptiva, capaz de definir novos padrões de consumo ao mercado. A abordagem proativa permite à Companhia estar em uma posição de protagonismo na transformação do modelo de negócios nas telecomunicações. A mudança no perfil de consumo dos clientes e o surgimento de novas tecnologias fomentam uma ruptura na indústria de telecomunicações, baseada no consumo de dados, conteúdos e serviços digitais. O pioneirismo e a inovação nas ofertas são marcas da Companhia, que dispõe de um portfólio completo tanto para clientes pessoais físicas, como soluções corporativas para pequenas, médias e grandes empresas. Além do mix da cultura, o objetivo é disseminar o sentimento de propriedade, responsabilidade, sendo esse o eixo para uma profunda transformação cultural dentro da Companhia. Com base no conceito de *accountability*, a TIM acredita que seus colaboradores poderão concentrar sua criatividade e energia na busca de novas soluções, entregando resultados positivos. O pilar da digitalização tem como meta acelerar o desenvolvimento e implementação de sistemas digitais, melhorando a experiência do cliente e proporcionando significativas eficiências operacional e financeira. A migração para plataformas digitais e flexíveis segue a tendência do mercado de emprego das mais sofisticadas tecnologias, possibilitando maior agilidade e eficiência operacional. A proposta de eficiência continua na estratégia da Companhia, apoiada na visão ampla e sistêmica predominantemente operacional, que visa gerar eficiências disruptivas tanto no âmbito operacional como financeiro. Todos os 5 (cinco) pilares mencionados anteriormente estão diretamente relacionados ao compromisso com a experiência do cliente. Esse é o objetivo principal que abrange toda a estrutura proposta e tem o cliente como o centro da tomada de decisões.

3.2. Estratégia
A estratégia da Companhia está apoiada em 6 (seis) pilares: cultura, digitalização, oferta, infraestrutura, eficiência e experiência do cliente. Tais pilares tem como objetivo redesenhar a experiência do cliente e tornar a TIM a melhor escolha de valor do mercado, alcançada pela posição de liderança em ultra banda larga móvel e a proposição de ofertas inteligentes. No pilar da cultura, o objetivo é disseminar o sentimento de propriedade, responsabilidade, sendo esse o eixo para uma profunda transformação cultural dentro da Companhia. Com base no conceito de *accountability*, a TIM acredita que seus colaboradores poderão concentrar sua criatividade e energia na busca de novas soluções, entregando resultados positivos. O pilar da digitalização tem como meta acelerar o desenvolvimento e implementação de sistemas digitais, melhorando a experiência do cliente e proporcionando significativas eficiências operacional e financeira. A migração para plataformas digitais e flexíveis segue a tendência do mercado de emprego das mais sofisticadas tecnologias, possibilitando maior agilidade e eficiência operacional. A proposta de eficiência continua na estratégia da Companhia, apoiada na visão ampla e sistêmica predominantemente operacional, que visa gerar eficiências disruptivas tanto no âmbito operacional como financeiro. Todos os 5 (cinco) pilares mencionados anteriormente estão diretamente relacionados ao compromisso com a experiência do cliente. Esse é o objetivo principal que abrange toda a estrutura proposta e tem o cliente como o centro da tomada de decisões.



4. Recursos Humanos
A TIM reforça o compromisso de zelo pelos seus colaboradores, de modo que o foco nas pessoas e o desenvolvimento das suas capacidades e habilidades sejam vetores de encorajamento e renovação do sentimento de orgulho e pertencimento dos seus funcionários. A Companhia objetiva estimular a criatividade, a confiança e incentivar as pessoas a quebrarem as barreiras da vida cotidiana, indo além dos próprios limites. A TIM administra seus recursos humanos alinhando as expectativas das pessoas, as necessidades do negócio e as condições de mercado. Em um ambiente de trabalho dinâmico e desafiador, a Companhia oferece espaço e oportunidades para que sua equipe expanda seus horizontes, desenvolva e amplie as conquistas corporativas e pessoais.

4.1. Pessoas
A TIM encerrou 2017 com 9.519 funcionários em todo Brasil. Esses colaboradores, com suas histórias e conhecimentos, representam o capital intelectual da Companhia e atuam como motores para o desenvolvimento do negócio. Aproximadamente 70,0% dos colaboradores possuem ensino superior completo ou frequentam a universidade e 8,3% possuem pós-graduação. Os números e resultados mostram que a TIM possui um quadro diversificado e altamente motivado para atender os desafios da Companhia. A força de trabalho é complementada por 300 estagiários e 274 jovens aprendizes.

4.2. Desenvolvimento e Treinamento
Os colaboradores TIM têm acesso a ferramentas inovadoras e caminhos bem estruturados para evoluir dentro da companhia e construir uma carreira de sucesso. De maneira alinhada com os valores organizacionais, eles traçam a carreira a partir das suas próprias experiências profissionais e conhecimento adquirido com o investimento da companhia. Neste sentido, a TIM investiu mais de R\$7 milhões em treinamento e desenvolvimento dos seus colaboradores em 2017. Para orientar as carreiras dos seus funcionários, a TIM mapeia e monitora o desempenho individual para guiar as atividades com mais assertividade. Além de encorajar e proporcionar oportunidades de crescimento reais, a Companhia reconhece a dedicação e o desempenho diferenciado dos seus profissionais, recorrendo ao Gerenciamento de Desempenho. Para atrair os melhores talentos do mercado e treinar nossos futuros profissionais, o Programa Estágio Sem Fronteiras traz para a TIM jovens com energia, determinação, iniciativa, sentido de equipe e, especialmente, interesse por desafios.

4.3. Plano de Incentivo de Longo Prazo
O Plano de Incentivo de Longo Prazo visa conceder opções de compra ou subscrição de ações da TIM Participações e colaboradores da Companhia e suas subsidiárias, buscando desse modo promover a expansão, conquista e sucessos dos objetivos corporativos e também dos interesses dos acionistas e da administração da TIM. O plano consiste em conceder o direito de compra de ações da Companhia por um preço predeterminado durante um período especificado. As opções estão sujeitas a um período de aquisição (durante o qual as opções não poderão ser exercidas) e condições de execução (que podem ajustar positivamente ou negativamente o preço de opção). Na medida em que os colaboradores são capazes de adicionar valor ao preço das ações, eles usufruem da valorização no exercício das suas opções. A concessão de opções de ação ou subscrição de ações vem sendo feita anualmente por 3 anos e o exercício da opção de compra ou subscrição de ações será concluído gradativamente, até 33% no primeiro ano, até 66% no segundo ano e 100% no terceiro ano, contados a partir de cada uma das três concessões. O prazo das opções é de 6 anos. Conforme aprovado pela Assembleia Geral da Companhia, a gestão do Plano fica a cargo do Conselho de Administração, sujeito ao Estatuto Social da Companhia. Atualmente, existem dois Planos de Incentivo de Longo Prazo vigentes na companhia, referentes aos ciclos 2011-2013 e 2014-2016. O exercício do Plano de Opções 2011-2013 está condicionado ao cumprimento de metas de desempenho específicas das ações, enquanto que o exercício do Plano de Opções 2014-2016 está condicionado à análise do desempenho das ações da TIM comparativamente a outros ativos do mercado. O Preço Alvo é calculado aplicando-se um ajuste sobre o preço base da ação, aumentando ou reduzindo este valor, de acordo com o critério definido em cada Plano. Durante o ano de 2017 a Companhia iniciou um processo de reestruturação do seu plano de incentivo de longo prazo. Nesse sentido, conforme aprovado pelo Conselho de Administração, e em caráter excepcional para o exercício de 2017, o plano de incentivo de longo prazo será em forma de bônus, cujo o pagamento está condicionado ao atingimento de determinados indicadores financeiros da TIM e dividido em dois anos. Em continuidade ao processo de reestruturação informado, a Companhia submeterá aos órgãos societários competentes o novo formato do programa de incentivo de longo prazo para os exercícios de 2018 e 2019.

4.3.1. Opção de Ações Ciclo 2011-2013
Neste Plano, os resultados de três períodos de aquisição de 2011 e 2012, concessões de 2011, e o 1º e 2º períodos de aquisição de 2013 já foram determinados:

Plano	Opções Concedidas	Opções Exercidas	Opções Exploradas	Opções Não Exercidas
Plano 2011 - 2013	8.567.765	(3.399.832)	(4.067.463)	1.100.470
1º Concessão	2.833.595	(1.532.132)	(1.301.463)	-
2º Concessão	2.661.752	(896.479)	(1.509.717)	255.556
3º Concessão	3.072.418	(971.221)	(1.256.283)	844.914

4.3.2. Opção de Ações Ciclo 2014-2016

Plano	Opções Concedidas	Opções Exercidas	Opções Exploradas	Opções Não Exercidas
Plano 2014 - 2016	8.965.119	(1.548.732)	(2.921.893)	4.494.494
1ª Concessão	1.687.686	-	(1.028.956)	658.720
2ª Concessão	3.355.229	(760.358)	(1.493.705)	1.101.166
3ª Concessão	3.922.204	(788.374)	(399.222)	2.734.608

5. Rede
A infraestrutura é um dos pilares estratégicos da Companhia e a TIM reafirma o seu compromisso de investimento em 2018, buscando oferecer mais e melhores serviços. As recentes mudanças no padrão de consumo bem como a crescente expectativa dos usuários quanto à qualidade dos serviços prestados, exigem um plano estratégico de expansão da rede, respaldado por análises técnicas mais robustas quanto ao padrão de consumo e necessidades de seus clientes, além de uma grande transformação cultural. No âmbito da utilização do espectro, a TIM continua seu projeto de *refarming*, visando uma maior eficiência e melhor performance. Com relação à fibra, a Companhia segue com o projeto de expansão de rede, de forma a suportar a rede convergente de ultra banda larga, aumentando a disponibilidade do FTTH e o FTTS. Quanto aos sites, a TIM projeta aumentar a densidade de sites a partir da utilização de Biosites, que são estruturas sustentáveis, mais baratas, mais fáceis de instalar e não causam impacto visual nas cidades. No contexto de *big data*, a Companhia segue numa constante evolução de suas ferramentas de análise a partir de bases mais completas e abordagem proativa, visando um direcionamento mais eficiente dos investimentos. No que tange a cultura corporativa, as novas tecnologias e as expectativas dos clientes provocam uma ruptura no modelo tradicional das operações de telecomunicações. Nesse cenário, a TIM visa desenvolver, motivar e engajar seus colaboradores com vistas a atuarem em um ambiente dinâmico, inovador e colaborativo, a partir de um modelo operacional ágil e flexível.

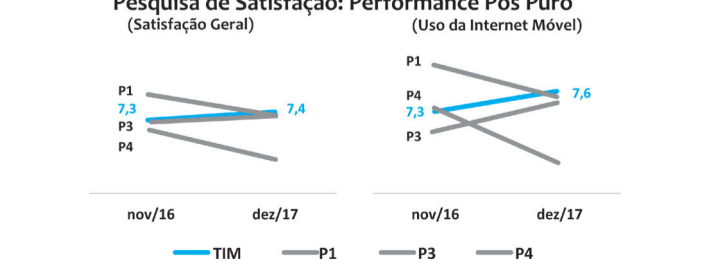
5.1. Cobertura Nacional
A infraestrutura da TIM tem um alcance nacional, cobrindo aproximadamente 95% da população urbana brasileira, com presença em aproximadamente 3.500 cidades. A Companhia também possui uma ampla cobertura de dados, mantendo a sua posição de liderança em cobertura 4G no país. Do total de R\$ 4,15 bilhões investidos em 2017, 87% foram alocados apenas em rede e tecnologia de informação, de modo a garantir a expansão de cobertura e capacidade, com vistas a atender o crescente tráfego de dados. A melhoria e o crescimento da infraestrutura estão apoiados em diferentes projetos, dentre eles se destacam a expansão da rede de fibra ótica, a densificação de sites, a expansão da cobertura *hetnet*, o *refarming* de radiofrequência e a utilização de portadoras em duas novas frequências, dependendo da localidade. A liderança na cobertura 4G foi mantida pela TIM, alcançando 3.003 cidades, ou 91% da população urbana do país, um aumento de aproximadamente 140% no número de cidades cobertas, comparado com 2016. Para suportar essa expansão, o número de sites 4G (elementos E-NodeB) cresceu 77%, superando a quantidade de sites 3G. Essa expressiva expansão do 4G é suportada pela implementação do processo de *refarming* de espectro, que utiliza a banda 1.800MHz e reorganiza a utilização das frequências de acordo com a disponibilidade, direcionando-as para a nova tecnologia (de 2G para 4G). Essa prática permite uma otimização da cobertura, utilizando o Capex de forma mais eficiente. Adicionalmente, a TIM continua a desenvolver sua rede LTE com a utilização da nova frequência de 700MHz e a rede de fibra ótica de 700MHz, permitindo maior alcance de sinal com maior velocidade de download e upload, além de menor latência, o que proporciona uma significativa melhoria na experiência de uso dos clientes. Por ser uma frequência mais baixa, o alcance de cobertura pode ser quatro vezes maior quando comparado ao da faixa de 2.600 MHz, além de proporcionar uma maior penetração em ambientes *indoor*. A expansão da rede em diversas frentes possibilita à TIM manter sua postura inovadora e explorar novas tecnologias como, por exemplo, o VoLTE e o WTTX. A Companhia foi a primeira operadora da América Latina a oferecer o VoLTE, voz sobre rede LTE, tecnologia que permite que as ligações, tradicionalmente realizadas por meio de circuitos, evoluam para rede de dados IP, garantindo eficiência e estabilidade. Outros benefícios para os usuários incluem a navegação simultânea utilizando o 4G, redução do consumo de bateria e menor tempo de estabelecimento de ligação. A utilização do WTTX, *Wireless-To-The-X*, tecnologia que permite a oferta de banda larga sem fio via rede LTE, permitiu à TIM incrementar o seu portfólio de soluções residenciais. O WTTX surge como uma opção de qualidade para atender regiões com demanda de banda larga reprimida devido à carência de ofertas e a uma infraestrutura de rede fixa ainda em desenvolvimento. O usuário pode navegar, com estabilidade e ativação simples, por meio do modelo *plug and play*. O lançamento e ampliação desse serviço só foi possível graças aos investimentos da TIM na rede 4G.

5.2. Atacado
5.2.1. Cobertura Internacional (Roaming)
No exterior, a TIM continua expandindo a disponibilidade de serviços de roaming internacional, dispo de aproximadamente 600 redes para uso de voz ou dados em seis continentes (inclusive Antártica), mais de 200 países. Dedicada-se a oferta de cobertura 4G disponível em mais de 50 países. Visando maior conveniência para os usuários, a TIM tem acordos comerciais que a permitem oferecer cobertura a bordo de navios e aviões aos clientes que viajam ao exterior.

5.2.2. MVNO (Mobile Virtual Network Operator)
A TIM continua a inovar e explorar novos modelos de negócios, sendo a primeira e atual líder em infraestrutura MNO (Mobile Network Operator) para MVNOs no Brasil. Essa abordagem permite à Companhia se beneficiar de oferta de serviço móvel complementar para o mercado corporativo e atendimento diferenciado para nichos do mercado de varejo, bem como oferta de serviços especializados como M2M e IoT.

5.2.3. Prestador de Conectividade no Atacado
A TIM dispõe de uma das maiores infraestruturas de fibra ótica do Brasil, com mais de 85 mil quilômetros, dos quais 55 mil são de fibras de longa distância. A Companhia possui redes metropolitanas em 105 cidades ao longo do país, provendo uma cobertura multisserviço de transporte para suportar a Banda Larga Móvel/Fixa e conectividade para o mercado corporativo/atacado. Para garantir transparência da aplicação e escalabilidade da largura de banda, a TIM utiliza diferentes tecnologias, como: Ethernet, DDM e IP/MPLS, para o atendimento de serviços de conectividade. A Companhia oferta serviços de alta velocidade em fibra, como: acesso à internet, backbone, backhaul móvel e última milha, com os mais elevados níveis de segurança e de acordo com os padrões internacionais, sendo a única operadora com Certificação MEF 2.0 no Brasil.

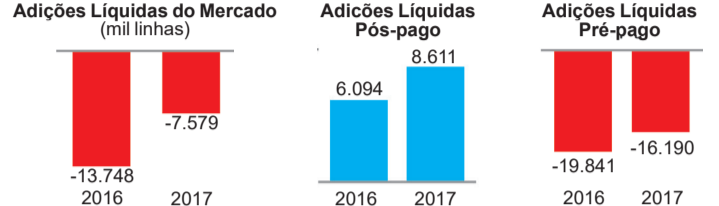
5.3. Atendimento ao Cliente e Qualidade
O compromisso da Companhia com a experiência do cliente está refletido nos KPIs de qualidade da Anatel, apresentados na visão da performance média nacional. Em 2017 a TIM manteve sólido desempenho, com todas as métricas de qualidade (acessibilidade e queda de voz e dados), ficando acima da meta exigida pela Agência. Adicionalmente, os indicadores de velocidade instantânea (SMP10) e velocidade média (SMP11) também estiveram acima da meta da Agência, indicando uma forte resiliência por parte da rede da Companhia, em um cenário de forte expansão no tráfego de dados. Além dos KPIs oficiais da Anatel, os números do SpeedTest (medidas pela Ookla) seguem apontando melhor nos indicadores de qualidade de rede, principalmente no âmbito de dados móveis. A evolução dos indicadores de *throughput* (download e upload) e latência são fundamentais para atestar a qualidade da experiência do usuário de dados, especialmente em um cenário de aumento da base pós-pago. Considerando a performance diferenciada da tecnologia LTE no uso de dados e a ampla cobertura e disponibilidade da rede 4G da TIM – conforme comprovado pelo maior número de medições do mercado brasileiro na plataforma do SpeedTest – a TIM apresentou uma forte adesão de seus clientes à esta tecnologia ao longo de 2017. No 4T17, aproximadamente 60% do tráfego de dados da TIM foi conduzido pela rede 4G. Como efeito, em recente pesquisa de satisfação conduzida pela consultoria Bridge Research² a TIM obteve importantes resultados no ano de 2017. Em dezembro/17, a Companhia alcançou o primeiro lugar no ranking em satisfação geral no pós-puro e segundo lugar no segmento controle. No quesito satisfação com o uso de internet móvel, a TIM apresentou desempenho semelhante, ocupando a primeira posição no pós-puro e segundo no controle.



2 Gerado a partir da análise da TIM sobre os resultados da Ookla Speedtest
3 Pesquisa quantitativa de satisfação Nacional conduzida no período de set a dez de 2017 realizada através de questionário estruturado e entrevistas online.

Nesse sentido, os resultados têm sido bastante expressivos. Em 2017, o número de atendimentos digitais, ou seja, usuários que buscam atendimento através do app "Meu TIM" e website, dobrou em relação a 2016 passando a representar 57% das interações totais (um crescimento de 22 p.p. A/A). Além disso, as vendas digitais dobraram sua participação sobre as adições brutas em 2017, enquanto as recargas de pré-pago por meios digitais cresceram +4 p.p. como percentual das recargas totais.

6. Desempenho Operacional
6.1. Panorama do Mercado Brasileiro
Segundo a dinâmica do último ano, o ritmo de redução da base de clientes permanece. Esse movimento é explicado, principalmente, pelas ações de limpeza de base e pelo processo de consolidação de múltiplos chips.



Fonte: Anatel
6.2. Desempenho da TIM
A TIM encerrou 2017 com uma base de 58,6 milhões de linhas ativas, uma redução de 7,5% A/A. Apesar do sólido desempenho no pós-pago, a desconexão no pré-pago impactou negativamente a base total. Em 2017, a TIM apresentou adições líquidas negativas de 4,8 milhões de linhas, aumento de 69,8% comparado a 2016. As adições brutas totais reduziram para 27,7 milhões no ano, redução de 12,0% A/A, enquanto as desconexões caíram para 32,5 milhões de linhas, -5,2% A/A. Apesar desse resultado, devido à redução das adições brutas, a taxa de desconexão apresentou leve aumento de +0,8 p.p. A/A, atingindo 53,2%. A base de clientes pós-pago totalizou 17,8 milhões de usuários no final de 2017, aumento de 19,6%. As adições líquidas de pós-pago apresentaram um crescimento de 2,2x em comparação com 2016, em função da: i) migração de clientes pré-pago para pós-pago (principalmente controle), ii) portabilidade numérica e iii) taxa de desconexão estável. Estes resultados confirmam a estratégia da Companhia para recuperar seu *fair share* no segmento e também reafirma os bons resultados atingidos nos planos *Control*. Na Portabilidade Numérica Móvel (PNM), a TIM atingiu resultados positivos no pós-pago em todos os meses do ano. Desde o lançamento do novo conceito de pós-pago no 2T17, o TIM Black, a Companhia tem apresentado números PNM consistentes no segmento, mantendo a trajetória positiva verificada no ano anterior.

No segmento pré-pago, a TIM reacelerou o ritmo de desconexão em 2017, mantendo uma rígida política de limpeza de base. No ano, a base pré-paga fechou com 40,8 milhões de linhas ativas, queda de 15,9%, desconectando 7,7 milhões de linhas. Esse resultado também é impactado pelas migrações para o segmento controle. **Detalhamento da base de clientes por tecnologia:**
• O número de usuários 4G continua crescendo e atingiu 27,6 milhões em 2017. O crescimento de 63,7% na comparação com 2016 ocorreu devido, principalmente, a migração de usuários 3G para 4G que procuram por uma melhor experiência de uso.
• O 3G fechou 2017 com 19,1 milhões de usuários, redução de 35,3% em relação a 2016. Essa queda está em linha com a migração para smartphones mais modernos, com tecnologia 4G, e o foco em clientes de mais alto valor.

A penetração de smartphones encerrou 2017 em 80,9% da base de clientes, aumento de 8,1 p.p. em relação ao reportado em 2016. Esse crescimento corrobora com a estratégia da Companhia em equipar seus clientes, estimulando a penetração dos serviços de dados, especialmente em relação à tecnologia 4G, além de fomentar a migração para planos mais completos, que seguem a abordagem "mais por mais".

6.3. Mercado de Banda Larga Fixa
A TIM Live manteve o crescimento consistente em 2017 na análise dos principais indicadores: receita, clientes, cobertura e qualidade. A receita líquida cresceu 44,6% A/A devido: (i) expansão da base, que totalizou 392 mil clientes, + 28,2% A/A (ii) ARPU, que cresceu 14,3% A/A. Do lado operacional, em 2017, a TIM Live aumentou a cobertura (domicílios endereçados) em 53,3%, apresentando uma taxa de ocupação das MSANs 18 p.p. maior. Adicionalmente, é importante destacar que a qualidade na prestação dos serviços da TIM Live é um grande diferencial de mercado, com reflexos diretos em seus resultados operacionais. Tal excelência é reconhecida pela Netflix e pelo Estadão. Na TIM Live liderou o ranking de velocidade de provedores do Brasil 3 vezes nos últimos 36 meses, e foi tri campeão do Ranking Estadão de melhores serviços. A utilização da tecnologia WTTX (TIM Casa Internet), banda larga fixa através da rede móvel, é uma oportunidade de crescimento em plena evolução. Após o *soft launch* no 3T17, a TIM encerrou 2017 ofertando o WTTX em 16 cidades, sendo 12 estados. Dos clientes que contraram o serviço, 83% não tinham internet residencial e 21% tinham TV por assinatura.

7. Desempenho Financeiro
Para representar melhor desempenho financeiro e tendências comerciais, a TIM normaliza algumas linhas da sua Demonstração de Resultados, eliminando o impacto de elementos não-recorrentes. Esses movimentos são apontados quando requeridos.

Descrição	2017	2016	% A/A
Receita Líquida	16.234	15.617	3,9%
Receita de Serviços	15.474	14.720	5,1%
Serviço Móvel	14.687	13.968	5,1%
Gerado pelo Cliente	13.380	12.558	6,5%
Voz Local (Assinatura & Utilização)	3.725	4.891	-23,8%
Voz Longa Distância	1.051	1.416	-25,8%
Dados & Conteúdo (SVA)	8.604	6.250	37,7%
Interconexão	835	1.061	-21,3%
Outras Receitas	472	350	35,0%
Serviço Fixo	787	752	4,7%
Receita de Produtos	760	897	-15,3%

A Receita Líquida, no ano de 2017, avançou 3,9% A/A e totalizou R\$ 16.234 milhões. A Receita de Serviço Móvel registrou um crescimento de 5,1% A/A. Ao longo do ano a Receita de Dados & Conteúdo permaneceu sendo o destaque, compensando os impactos negativos da redução dos serviços de voz, do corte da tarifa de interconexão (VU-M) e do cenário macroeconômico ainda em processo de recuperação. A Receita de Serviço Fixo acumulou um crescimento de 4,7% A/A no final de 2017. O detalhamento da Receita Líquida e outros destaques são apresentados a seguir:
A Receita de Serviços fechou o ano em R\$ 15.474 milhões, crescimento de 5,1% A/A, confirmando a trajetória de recuperação. A Receita de Serviço Móvel (RSM) apresentou dinâmica muito similar crescendo os mesmos 5,1% A/A.
A Receita Gerada pelo Cliente (RGC), que é composta pelas Receitas de Voz Local, Voz Longa Distância e Dados e Conteúdo, apresentou crescimento de 6,5% A/A em 2017. A receita gerada pelos pacotes de ofertas recorrentes avançou 43,9% A/A e já representa mais de 60% da RGC.
A Receita de Voz Local teve queda de 23,8% A/A no ano, afetada pela migração de voz para dados que ocorre à medida que a TIM introduz mais serviços de dados e conteúdo em pacotes combinados (voz+dados). A Receita de Voz Longa Distância registrou queda de 25,8% A/A no ano, com dinâmica similar a receita de voz local. No ano, os Minutos de Uso (MOU) totalizaram 110 minutos, o que representa uma queda de 5,8% A/A, efeito da mudança no perfil do cliente, que migra de voz para dados.
A Receita de Dados & Conteúdo cresceu 37,7% A/A em 2017 e representou 58,6% da RSM, em função do posicionamento da Companhia em oferecer mais pacotes de ofertas recorrentes e conteúdo incorporado a essas ofertas. A Receita de Dados & Conteúdo gerada em ofertas de



7.3. Do EBITDA ao Lucro Líquido

Table with 4 columns: Descrição, 2017, 2016, % A/A. Rows include EBITDA Reportado, Margem EEDTDA Reportada, Depreciação & Amortização, Depreciação, Amortização, EBIT, Margem EBITT, Resultado Financeiro Líquido, Despesas financeiras, Receitas financeiras, Variações cambiais, líquidas, Lucro antes dos impostos, Imposto de renda e cont. social, Lucro Líquido, EBITDA Normalizado, Margem EBITDA Normalizada, Total de Itens Normalizados.

Normalizado pela venda de torres (-R\$37 milhões no 2T16, -R\$7 milhões no 4T16 e +R\$1,8 milhão no 2T17) e custos temporários da RH e G&A (+R\$41 milhões no 1T16, +R\$23 milhões no 3T16, +R\$133 mil no 1T17 e +R\$120 mil no 2T17)

EBITDA
O EBITDA Normalizado totalizou R\$ 5,9 bilhões em 2017, alta de 13,7% A/A. A performance é devido a: (i) aumento da Receita de Serviço Móvel com uma margem de contribuição mais elevada, (ii) aumento da receita com serviço fixo, e (iii) controle de custos.

A Margem EBITDA Normalizada encerrou 2017 em 36,6%, 3,2 p.p. acima do registrado em 2016. Essa performance é influenciada pela mudança no mix das receitas. Com o crescimento do tráfego off-net, o custo com VU-M continua a reduzir, aproximando-se, cada vez mais, da receita desse tipo de interconexão, minimizando a histórica exposição do EBITDA ao sistema de interconexão, 0,7% em 2017.

Depreciação e Amortização (D&A) / EBIT
D&A apresentou incremento de 6,0% A/A em 2017. A depreciação avançou 4,6% A/A, afetada, principalmente, pelo maior montante de obras realizadas, enquanto a amortização apresentou incremento de 7,8% A/A em função do aumento nos investimentos em software. O EBIT Normalizado cresceu 34,0% A/A no ano, principalmente beneficiado pelo maior EBITDA. O EBIT reportado apresentou crescimento 35,8% A/A em 2017.

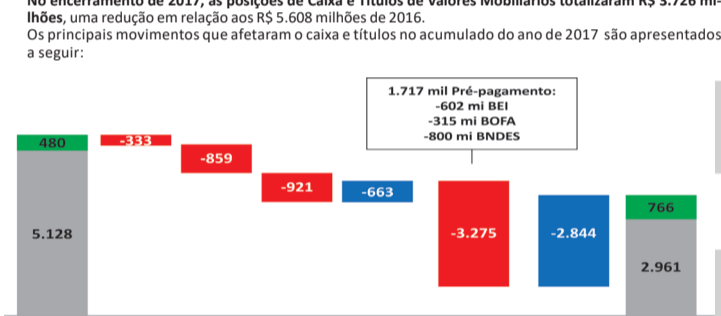
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO
Em 2017, o Resultado Financeiro Líquido foi negativo em R\$ 498 milhões, 21,2% mais negativo do que em 2016, explicado por um efeito positivo não recorrente da marcação a mercado dos derivativos ("MITM") ocorrido em 2016.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
O Imposto de Renda e a Contribuição Social totalizaram R\$ 201 milhões em 2017, queda de 23,5% A/A, explicado principalmente pela dedutibilidade do pagamento de Juros sobre Capital Próprio de R\$ 190 milhões realizado em novembro de 2017. A alíquota efetiva no ano foi de 14,0% vs. 25,9% em 2016.

LUCRO LÍQUIDO
O Lucro Líquido Reportado em 2017 totalizou R\$ 1.235 milhões, avanço de 64,5% A/A. O Lucro por Ação (LPA) foi de R\$ 0,51 comparado com R\$ 0,31 no ano anterior.

7.4. CAPEX
O Capex totalizou R\$ 4.148 milhões em 2017, redução de 7,9% A/A, confirmando a projeção do Plano Industrial 2017-19, em função da eficiência nos investimentos (fazendo mais cobertura, instalando mais equipamentos e fibra, porém com menos recursos devido a melhores condições negociadas). Cerca de 87% do Capex foi dedicado à infraestrutura, principalmente em projetos de rede de transporte, tecnologia 4G e TI.

7.5. Dívida e Caixa
A Dívida Bruta totalizou R\$ 6.423 milhões no fim de 2017, queda de 22,9% A/A, incluindo (i) o reconhecimento de leasing no valor total de R\$ 1.682 milhões (relacionado a venda de torres, projeto LT Amazonas e outros leasings financeiros); e (ii) a posição de hedge no valor de R\$ 48 milhões (reduzindo a dívida bruta). A dívida da Companhia está concentrada em contratos de longo prazo (77% do total), principalmente por financiamentos do BNDES. Aproximadamente 9% da dívida total é denominada em moeda estrangeira (USD), sendo totalmente protegida por hedge em moeda local. O custo médio da dívida excluindo o leasing foi de 10,5% a.a., uma redução quando comparado ao custo de 12,5% a.a. registrado no ano anterior. Com objetivo de um gerenciamento eficiente do endividamento e caixa da Companhia, em 2017, a TIM decidiu liquidar parcial e antecipadamente dívidas de maior custo no total de R\$ 1.717 milhões. No encerramento de 2017, as posições de Caixa e Títulos de Valores Mobiliários totalizaram R\$ 3.726 milhões, uma redução em relação aos R\$ 5.608 milhões de 2016. Os principais movimentos que afetaram o caixa e títulos no acumulado do ano de 2017 são apresentados a seguir:



1.717 mil Pré-pagamento: -602 mil BEI, -315 mil BOFA, -800 mil BNDES. Legend: Caixa (grey), TVM (green).

O rendimento financeiro médio caiu para 10,2% a.a. em 2017, comparado aos 14,2% a.a. no ano anterior, excluindo o Fundo Cambial, acompanhando a redução da taxa Selic. A relação Dívida Líquida/EBITDA encerrou o ano em 0,45x, uma redução quando comparado com o 0,52x de 2016. A dívida líquida alcançou R\$ 2.697 milhões no fim de 2017, levemente mais baixa que o ano anterior, quando a dívida líquida foi de R\$ 2.721 milhões.

7.6. Fluxo de Caixa Livre
Descrição, R\$ milhões, 2017, 2016, % A/A. Rows include EBITDA Normalizado, Capex, EBITDA Normalizado - Capex, Capital de Giro, Itens operacionais não recorrentes, Fluxo de Caixa Operacional Ex-licenças, Limpeza 700MHZ, Fluxo de Caixa Operacional Reportado.

Normalizado pela venda de torres (-R\$37 milhões no 2T16, -R\$7 milhões no 4T16 e +R\$1,8 milhão no 2T17) e custos temporários da RH e G&A (+R\$41 milhões no 1T17, +R\$23 milhões no 3T16, +R\$133 mil no 1T17 e +R\$120 mil no 2T17)

No ano de 2017, o Fluxo de Caixa Operacional Livre (FCOL), excluindo a licença de 700Mhz, registrou crescimento de R\$ 1.691 milhões em relação a 2016, resultado do crescimento do EBITDA e da eficiência na alocação do CAPEX, aliados a um capital de giro positivo em R\$ 598 milhões.

7.7. Impactos de Vendas de Torres
Em 2017, a TIM concluiu o projeto sob o contrato de Venda de Torres assinado em novembro de 2014 com a American Tower do Brasil (ATC). Ao final do projeto, foram vendidas 5.873 torres pelo valor total de R\$ 2,65 bilhões, conforme descrito abaixo:

- Primeiro fechamento: Em 29/04/2015, a TIM transferiu 4.176 torres para a ATC e recebeu aproximadamente R\$ 1,9 bilhões.
• Segundo fechamento: Em 30/09/2015, a TIM transferiu 1.125 torres para a ATC e recebeu aproximadamente R\$ 517 milhões.
• Terceiro fechamento: Em 16/12/2015, a TIM transferiu 182 torres para a ATC e recebeu aproximadamente R\$ 84 milhões.
• Quarto fechamento: Em 9/06/2016, a TIM transferiu 270 torres para a ATC e recebeu aproximadamente R\$ 109 milhões.
• Quinto fechamento: Em 20/12/2016, a TIM transferiu 66 torres para a ATC e recebeu aproximadamente R\$ 24 milhões.
• Sexto fechamento: Em 30/06/2017, a TIM transferiu 54 torres para a ATC e recebeu aproximadamente R\$ 20 milhões.

O contrato master de leasing (MLA) define o leaseback das torres transferidas por um período de 20 anos. De acordo com a IAS17, essa operação deve ser contabilizada como (1) venda e (2) leaseback e após as suas exigências, o leaseback é registrado como leasing financeiro. A reconciliação dos impactos nas Demonstrações Financeiras e as notas relacionadas para maiores detalhes relativos aos fechamentos poderão ser encontradas na Nota nº 16 das Demonstrações Financeiras.

8. Responsabilidade Social
A TIM dispõe de políticas de responsabilidade social e ambiental que orientam as ações e iniciativas da Companhia e baseiam-se nos princípios do Pacto Global da ONU, um acordo voluntário do qual a TIM é signatária desde 2008. Por meio desse acordo, companhias de todo o mundo estão empenhadas em garantir o cumprimento dos dez princípios relativos aos direitos humanos, condições de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.

Como signatária do Pacto Global, a Companhia está engajada em colaborar com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, agenda universal de metas a serem alcançadas até 2030. Os compromissos da TIM são expressos no Relatório de Sustentabilidade, divulgado anualmente com base na GRI. Além disso, a Companhia está presente há 10 anos no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3, mantendo-se como a empresa do setor de telecomunicações por mais anos consecutivos no portfólio. Anualmente, a Companhia também publica o inventário de gases de efeito estufa (GEE) de acordo com a metodologia do Protocolo GHG, e participa do CDP, maior base de dados mundial de informações corporativas sobre mudanças climáticas.

Alinhada com os princípios de suas políticas ambiental e de gestão da mudança do clima, a TIM considera a eficiência do consumo de energia como um dos seus desafios. E apesar do esperado aumento do consumo de energia, devido à expansão da infraestrutura, a Companhia investe em ações de eficiência energética, como por exemplo os acordos de RAN Sharing, modelo de compartilhamento da infraestrutura de rede com outras operadoras. Adicionalmente, a TIM utiliza na sua expansão de rede os Biosites, estruturas com significativa redução no impacto visual e que contribuem para a harmonização com o meio ambiente e com a infraestrutura urbana. A multifuncionalidade da estrutura pode agregar além da transmissão de telecomunicações, incluindo iluminação e câmeras de vigilância. Ao final de 2017, a TIM alcançou um total de 528 Biosites ativos. A TIM também busca constante melhoria em seu sistema de gestão ambiental. Em 2017, a Companhia manteve as importantes certificações das atividades de "gerenciamento e operações na rede da TIM Celular", demonstrando o compromisso com a eficiência e com objetivos de desempenho, os quais vão além do exigido pela legislação vigente, através de modelos de excelência internacional de qualidade, baseados na norma ISO 9001 (certificação nacional) e ISO 14001 (certificação regional nos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo). Desde o ano 2000, a TIM possui seu sistema de gestão da qualidade certificado e desde 2010 a TIM certifica o seu sistema de gestão ambiental, sendo a primeira operadora móvel no Brasil a receber esta certificação. Em 2018, a Companhia planeja expandir a certificação ambiental para outras regiões e manter as atividades preparatórias para obter a certificação de seu sistema de gestão de segurança e saúde ocupacional, com base na OHSAS 18001, e de segurança da informação, com base na ISO 27001. A TIM reconhece também que as companhias têm um papel importante a desempenhar quando se trata de educação pública e bem-estar coletivo no Brasil. Portanto, em 2013, o Instituto TIM (www.instituto-tim.org.br) foi fundado com a missão de desenvolver recursos e estratégias para a democratização da ciência, tecnologia e inovação, por meio de projetos de educação matemática e científica para crianças e jovens, e da elaboração de tecnologias livres que contribuem para a implementação de políticas públicas. Em parceria com diversas instituições federais (MCTIC/CNPq, MEC, Minc) e cerca de 70 Secretarias de Educação, Cultura e Planejamento em todo o país, as ações do Instituto TIM já alcançaram aproximadamente 500 municípios, em todos os 26 estados e Distrito Federal, beneficiando mais de 700 mil pessoas, entre elas, 500 mil estudantes e 16 mil professores.

Em 2017, o Instituto TIM lançou, junto ao Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e outros parceiros, a plataforma Busca Ativa Escolar (www.buscateativaescolar.org.br), que contribui para o enfrentamento da exclusão escolar. Até o momento, mais de 450 municípios aderiram à solução. O ano de 2017 também foi marcado pela disponibilização de Mapas Culturais como SaaS ("software as a service") pelo Ministério da Cultura, facilitando a adesão de municípios e estados à plataforma desenvolvida pelo Instituto TIM, que tem o intuito de mapear e monitorar a gestão da cultura do país. Ao todo, cerca de 30 instalações de Mapas Culturais já foram realizadas.

A criação do Acadêmico Working Capital, programa de educação empreendedora do Instituto TIM, apoiou mais de 200 projetos tecnológicos de estudantes universitários, que culminaram em produtos apresentados em uma feira de investimentos a investidores do mercado de startups. Ainda com relação à educação para o empreendedorismo, destaca-se o lançamento de três novos cursos sobre a temática na plataforma TIM Tec (cursos.timtec.com.br). Adicionalmente, em 2017 o Instituto TIM renovou a parceria com o Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) para o financiamento de bolsas de estudos para os medalhistas da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP). A Companhia também possui uma política de investimento social privado, a qual define as diretrizes estratégicas, os critérios e as responsabilidades das funções envolvidas na TIM e no Instituto TIM, garantindo que haja planejamento, solidez e transparência nas transferências de recursos para projetos sociais. As iniciativas de investimento social incluem doações, projetos desenvolvidos pelo Instituto TIM e patrocinios. Em 2017 foram investidos mais de R\$ 5 milhões em benefício social, conforme detalhado na tabela abaixo:

Investimento Social Privado 2017 (R\$'000)
Doações: 230
Projetos do Instituto TIM: 3.855
Educação: 1.713
Aplicações: 506
Trabalho: 849
Inclusão: 257
Outros: 530
Iniciativas na Comunidade: 1.063
Patrocínios esportivos: 809
Patrocínios culturais: 134
Outros: 120
Total: 5.148

Incentivos Fiscais estão incluídos no montante total investido nesta categoria e representam aproximadamente 13% do investimento em Iniciativas na Comunidade.

9. Governança Corporativa
9.1. Única Companhia de Telecom no Novo Mercado
Em 03 de agosto de 2011 a TIM aderiu ao "Novo Mercado", segmento que concentra as empresas comprometidas com as melhores práticas de governança corporativa.

A migração para o Novo Mercado resultou em benefício para todos os acionistas. As regras exigidas, alinhadas às melhores práticas de governança corporativa de mercados como Estados Unidos e Europa, potencializam uma maior liquidez e valorização das ações, permitindo um acesso mais amplo aos mercados internacionais, além de promover o fortalecimento da imagem institucional e o aumento da confiança na Companhia. Adicionalmente, a TIM pertence ao seletivo grupo de empresas que compõem as carteiras do Índice de Governança Corporativa (IGC), do Índice de Ações com Tag Along Diferenciado (ITAG) da B3 e também do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), composto por empresas que se comprometeram a gerenciar os riscos derivados de desenvolvimentos econômicos, ambientais e sociais.

9.2. Governança Corporativa na TIM
A TIM Participações é uma sociedade por ações de capital aberto, administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva e supervisionada por um Conselho Fiscal e por um Comitê de Auditoria Estatutário. Os deveres e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário estão determinados na legislação brasileira, no Estatuto Social da Companhia, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, no Regimento Interno do Conselho de Administração, no Regimento Interno do Conselho Fiscal e no Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário. Na condição de membros ativos e responsáveis pela comunidade em que atuam, a Companhia e seus administradores devem pautar suas ações pela legalidade e pela ética, baseado em três princípios fundamentais: transparência, honestidade e lealdade. Na condução dos seus negócios pautados, além da ética e da lealdade, pela boa-fé, a Companhia busca: (i) agir com transparência nos negócios; (ii) promover a lealdade na concorrência; (iii) excelência de competitividade no mercado; (iv) atender ao bem-estar e ao crescimento da comunidade em que opera; e (v) aprimorar os seus recursos humanos; e (vi) promover o desenvolvimento sustentável.

9.3. Política de Divulgação
A TIM Participações adotou em 2002 uma Política de Divulgação/Negociação e Diferenças de Governança Corporativa da NYSE, à qual a administração da Companhia aderiu mediante assinatura do termo de adesão. Como parte dessa política, estabeleceu-se um código de conduta a ser seguido por todos os funcionários com acesso a informações privilegiadas, além de terem sido impostas restrições às negociações com papéis da Companhia em determinados períodos. A Política de Divulgação da Companhia prevê a utilização do Portal da Agência Estado, que pode ser acessado pelo link: http://economia.estadão.com.br/fatos-relevantes/, na forma da Instrução CVM nº 547/2014, que permitiu a divulgação de fatos relevantes em portais de notícias de acesso gratuito.

9.4. Conselho de Administração
O Conselho de Administração (CDA) é composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 19 (dezenove) membros, com mandato de dois anos, permitida a reeleição. Atualmente, o Conselho de Administração é formado por 10 (dez) membros, sendo 3 (três) deles independentes. Em 2017 o CDA se reuniu 14 (quatorze) vezes no exercício de suas funções. Todas as decisões tomadas pelo Conselho de Administração são registradas em atas, publicadas e consignadas no livro de atas do Conselho de Administração, arquivado na sede na Companhia. O Conselho se reúne ordinariamente uma vez por trimestre e extraordinariamente mediante convocação feita por seu Presidente, ou por quaisquer dois Conselheiros, ou pelo Diretor Presidente da Companhia. O Presidente do Conselho poderá convidar para participar das reuniões do órgão qualquer membro da Diretoria Executiva, outros executivos da Companhia, assim como terceiros que possam contribuir com opiniões ou recomendações relacionadas às matérias a serem deliberadas. Os convidados a participar das reuniões do Conselho deverão ter direito de voto. O Conselho de Administração tem 2 (dois) comitês de assessoramento, o Comitê de Remuneração e o Comitê de Controle e Riscos, podendo haver participação de um ou mais membros em ambos os Comitês, simultaneamente. O Conselho de Administração tem ainda um órgão de assessoramento e instrução vinculado diretamente, o Comitê de Auditoria Estatutário.

9.5. Diretoria Executiva
A Diretoria Executiva é o órgão de representação e de administração executiva da Companhia, sendo composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 12 (doze) diretores, eleitos pelo Conselho de Administração para o mandato de dois anos, admitida a reeleição, podendo ser destituídos pelo mesmo órgão a qualquer tempo. Atualmente, a Diretoria Executiva da Companhia é composta por 7 (sete) membros.

9.6. Conselho Fiscal
O Conselho Fiscal (CF) é o órgão de fiscalização dos atos da administração da Companhia e de informação aos acionistas, devendo funcionar permanentemente. O Conselho Fiscal é composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos, todos profissionais independentes reconhecidos pelo mercado, que não mantenham qualquer outro vínculo com a Companhia, cada com um respectivo suplente, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral. Atualmente o Conselho Fiscal da Companhia é composto por 3 (três) membros. Em 2017 o CF se reuniu 5 (cinco) vezes no exercício de suas funções.

9.7. Comitê de Auditoria Estatutário
O Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) é um órgão colegiado de assessoramento e instrução, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, compostos por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, todos independentes. Atualmente o CAE é composto por 3 (três) membros.

5 GRI: Global Reporting Initiative, padrão de relato internacional através de indicadores de desempenho, sobre o qual a TIM se baseia para seu Relatório de Sustentabilidade.

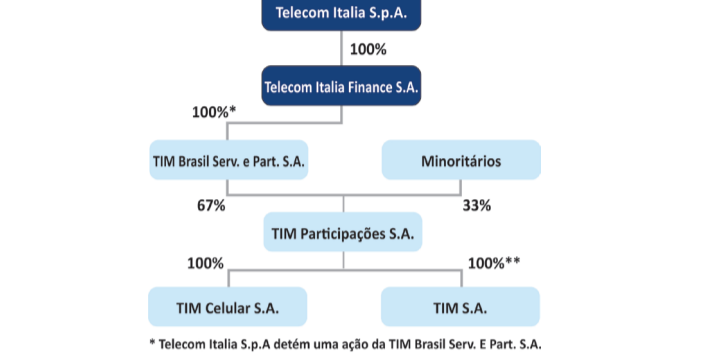
6 Site de pesquisa do INMETRO e site das Operadoras de Telefonia.

O CAE tem por objetivo supervisionar a qualidade e a integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, regulatórias e estatutárias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e às atividades dos auditores, tanto internos quanto independentes, bem como supervisionar e avaliar a celebração de contratos de qualquer natureza entre a Companhia ou suas controladas, de um lado, e o acionista controlador ou suas sociedades controladas, coligadas, sujeitas a controle comum ou controladoras deste último, ou que de outra forma constituam partes relacionadas à Companhia, do outro lado. Além de suas atribuições ordinárias, o CAE também desempenha a função de Audit Committee da Companhia, em conformidade com o disposto no Sarbanes Oxley Act, à qual a Companhia está sujeita por ser uma sociedade registrada na US Securities and Exchange Commission - SEC. Em 2017 o CAE se reuniu 20 (vinte) vezes no exercício de suas funções. Os membros do CAE analisaram as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente e do Relatório Anual da Administração, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2017"). Considerando as informações prestadas pela Diretoria Executiva da Companhia e pela auditoria externa da BDO RCS Auditores Independentes, bem como a proposta de destinação do resultado do exercício de 2017, o CAE avaliou que essas informações e documentos refletiram adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas. Por essa razão, recomendam, por unanimidade, a aprovação dos documentos acima mencionados pelo Conselho de Administração da Companhia para o encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

9.8. Comitê de Controle e Riscos
O Comitê de Controle e Riscos (CCR) é um órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, devendo ser composto por, no máximo, 05 (cinco) membros do Conselho de Administração da Companhia, sendo que 02 (dois) membros devem ser obrigatoriamente independentes. Atualmente o CCR é composto por 5 (três) membros, sendo 2 (dois) desses independentes. Ao longo de 2017 o CCR se reuniu 10 (dez) vezes no exercício de suas funções.

9.9. Comitê de Remuneração
O Comitê de Remuneração (CR) é um órgão colegiado de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, devendo ser composto por 3 (três) membros do Conselho de Administração da Companhia. Ao longo de 2017 o CR se reuniu 5 (cinco) vezes no exercício de suas funções.

9.10. Estrutura Acionária



* Telecom Italia S.p.A. detém uma ação da TIM Brasil Serv. e Part. S.A.
** TIM Celular S.A. detém uma ação da TIM S.A.

A Companhia encerrou 2017 com capital social no montante de R\$ 9.913.414.421,74, representado por 2.421.032.479 ações ordinárias. A TIM Brasil Serviços e Participações S.A. detém o controle acionário da TIM Participações com 67% das ações.

9.11. Reorganização Societária
Em julho de 2017 a Companhia publicou ao mercado Fato Relevante a respeito do projeto de reorganização societária ("Reorganização") de suas controladas TIM Celular S.A. ("TIM Celular") e Intelig Telecomunicações Ltda. ("Intelig"), por meio da incorporação da TIM Celular pela Intelig. Em continuidade ao referido projeto, a Intelig foi transformada em uma sociedade por ações de capital fechado, e teve sua razão social transformada para TIM S.A. em setembro de 2017.

A Reorganização, que está prevista para ser concluída em 2018, após as devidas aprovações societárias, tem por objetivo capturar sinergias operacionais e financeiras através da implementação de uma estrutura mais eficiente de processos, bem como dos sistemas contábeis e de controles internos. Além do aproveitamento de eficiências operacionais e financeiras a Reorganização permitirá a gestão comercial unificada dos diversos serviços prestados pelas controladas da Companhia e propiciará uma resposta mais eficiente e rápida às necessidades do mercado, através do desenvolvimento de novos serviços e ofertas integradas, garantindo melhor posicionamento estratégico e competitividade, bem como uma melhor experiência para seus clientes na utilização dos serviços prestados.

9.12. Política de Dividendos
Conforme Estatuto Social, a Companhia deve distribuir com dividendo obrigatório, a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, a quantia equivalente a 25% do lucro líquido ajustado. É obrigatória a manutenção de uma reserva legal, à qual a Companhia deve alocar 5% dos lucros líquidos de cada exercício fiscal, até que o valor dessa reserva seja equivalente a 20% do capital. A distribuição de dividendos anuais é deliberada pela Assembleia Geral Ordinária.

9.13. Lei Sarbanes-Oxley e Controles Internos sobre Relatório Financeiro
Além do aproveitamento de eficiências operacionais e financeiras a Reorganização deve avaliar a estrutura de controle interno da Companhia sobre o relatório financeiro no fim de cada exercício social. A administração é responsável por estabelecer e manter o controle interno adequado sob o relatório financeiro (conforme definido nas Regras 13a-15(f) e 15d-15(f) do Exchange Act). O sistema de controle interno da Companhia foi criado para prover razoável garantia quanto à integridade e a confiabilidade das declarações financeiras publicadas, de acordo com os princípios contábeis usualmente aceitos. Todos os sistemas de controle interno, mesmo se bem projetados, têm limites inerentes e podem prover garantia apenas razoável de que os objetivos do sistema de controle são atendidos. Na criação desta avaliação, a Companhia usou os critérios estabelecidos pelo Comitê de Organizações Patrocinadoras da Comissão TradeWay (COWI) na "Estrutura de Controle Integrado Interno". Estes critérios estão nas áreas de ambiente de controle, avaliação de riscos, atividades de controle, informações, comunicação e monitoramento. A Administração avaliou a eficácia dos controles internos sob relatórios financeiros com base nos critérios estabelecido no Comitê de Organizações Patrocinadoras do quadro da Comissão TradeWay e concluiu pela sua efetividade e não apresentação de deficiências materiais. Paralelamente, a PricewaterhouseCoopers, empresa de auditoria independente, emitirá um parecer, em abril de 2018, acerca da efetividade dos controles internos das Demonstrações Financeiras do ano fiscal de 2017.

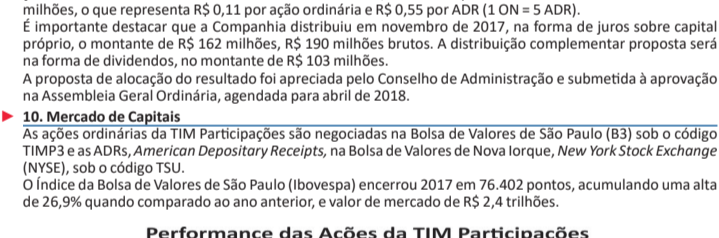
A TIM Participações tem sido avaliada desde 2006, quando este requisito foi criado para empresas listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque, sendo uma demonstração de seu compromisso para com os mais altos níveis de governança corporativa.

9.14. Eventos Subsequentes
No encerramento de 2017, a Companhia apresentou lucro líquido ajustado de R\$ 1.060 milhões, sendo devido de acordo com a Seção 401 do Sarbanes Oxley Act de 2002, a Administração deve avaliar a distribuição de dividendos referente ao exercício 2017 será de R\$ 293 milhões, e o valor líquido total a ser distribuído é de R\$ 265 milhões, o que representa R\$ 0,11 por ação ordinária e R\$ 0,55 por ADR (1 ON = 5 ADR). É importante destacar que a Companhia distribuiu em novembro de 2017, na forma de juros sobre capital próprio, o montante de R\$ 162 milhões, R\$ 190 milhões brutos. A distribuição complementar proposta será na forma de dividendos, no montante de R\$ 103 milhões.

A proposta de alocação do resultado foi apreciada pelo Conselho de Administração e submetida à aprovação na Assembleia Geral Ordinária, agendada para abril de 2018.

10. Mercado de Capitais
As ações ordinárias da TIM Participações são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) sob o código TIMP3 e as ADRs, American Depository Receipts, na Bolsa de Valores de Nova Iorque, New York Stock Exchange (NYSE), sob o código TSU.

O Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa) encerrou 2017 em 76.402 pontos, acumulando uma alta de 26,9% quando comparado ao ano anterior, e valor de mercado de R\$ 2,4 trilhões.



A Companhia encerrou 2017 com suas ações ordinárias cotadas a R\$ 13,10 na B3, acumulando expressiva alta de 67,3%, enquanto as ADRs, na NYSE, fecharam ao preço de US 19,31, aumento de 63,6% A/A. Em valor de mercado, a TIM fechou o ano valorada em R\$ 31,7 bilhões ou US\$ 9,4 bilhões.

Considerações Finais
A TIM Participações S.A., com o objetivo permanente de manter um crescimento contínuo, equilibrado e sustentável, agradece aos seus clientes pela fidelidade e reitera o compromisso de buscar incansavelmente mecanismos para retribuir a preferência por meio de qualidade e de um atendimento diferenciado. Os agradecimentos se estendem também aos parceiros comerciais, fornecedores e instituições financeiras, pelo apoio e confiança depositados e, em especial, aos colaboradores, sem os quais não teriam sido atingidos os objetivos e, finalmente, aos acionistas, pelo apoio e confiança na gestão do negócio.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

Balance Sheet table with columns: Ativo, Notas, 2017, 2016, % A/A. Rows include Circulante (Caixa e equivalentes de caixa, Títulos e valores mobiliários, Contas a receber de clientes, Estoques, Dividendos e juros sobre capital próprio a receber, Impostos e contribuições indiretos a recuperar, Impostos e contribuições diretos a recuperar, Despesas antecipadas, Instrumentos financeiros derivativos, Arrendamento mercantil financeiro, Outros valores a compensar, Outros ativos), Não Circulante (Títulos e valores mobiliários, Contas a receber de clientes, Impostos e contribuições indiretos a recuperar, Impostos e contribuições diretos a recuperar, Imposto de renda e contribuição social diferidos, Depósitos judiciais, Despesas antecipadas, Instrumentos financeiros derivativos, Arrendamento mercantil financeiro, Outros ativos), Investimentos, Imobilizado, Intangível, Total do ativo.

Balance Sheet table with columns: Passivo Circulante, Notas, 2017, 2016, Consolidado 2017, 2016. Rows include Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Arrendamento mercantil financeiro, Instrumentos financeiros derivativos, Obrigações trabalhistas, Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher, Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher, Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar, Autorizações a pagar, Receitas diferidas, Outros passivos, Não Circulante (Empréstimos e financiamentos, Arrendamentos mercantil financeiro, Instrumentos financeiros derivativos, Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher, Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher, Imposto de renda e contribuição social diferidos, Provisão para processos judiciais e administrativos, Plano de pensão e outros benefícios pós-emprego, Provisão para futura desmobilização de ativos, Autorizações a pagar, Receitas diferidas, Outros passivos), Total do passivo, Patrimônio líquido (Capital social, Ações em tesouraria, Reservas de capital, Ajustes de avaliação patrimonial, Reservas de lucros), Total do patrimônio líquido, Total do passivo e do patrimônio líquido.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Income Statement table with columns: Notas, 2017, 2016, Consolidado 2017, 2016. Rows include Receita líquida, Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas, Lucro bruto, Receitas (despesas) operacionais: Comercialização, Gerais e administrativas, Resultado da equivalência patrimonial, Outras receitas (despesas), líquidas, Lucro operacional, Receitas (despesas) financeiras: Receitas financeiras, Despesas financeiras, Variações cambiais, líquidas, Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social, Imposto de renda e contribuição social, Lucro líquido do exercício, Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R\$ por ação), Lucro básico por ação, Lucro diluído por ação.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

Comprehensive Income Statement table with columns: Notas, 2017, 2016, Consolidado 2017, 2016. Rows include Lucro líquido do exercício, Outros componentes do resultado abrangente, Item que não será reclassificado para o resultado: Plano de pensão e outros benefícios pós-emprego, Item a ser posteriormente reclassificado para o resultado: Hedge de fluxos de caixa (Nota 5), Total do resultado abrangente do exercício.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Reservas de Lucros				Ações em tesouraria (3.369)	Ajustes de avaliação patrimonial 1.887	Lucros acumulados -	Total 16.577.322
	Capital social 9.866.298	Reservas de capital 1.442.097	Reserva legal 619.513	Reserva para expansão 4.650.896				
Saldos em 31 de dezembro de 2015								
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	750.427	750.427	-
Reflexo do valor de benefício pós-emprego lançado diretamente no patrimônio líquido da controlada	-	-	-	-	-	(204)	(204)	-
Hedge de fluxos de caixa	-	-	-	-	-	(2.190)	(2.190)	-
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	750.427	748.033	-
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-
Opções de compra de ações (nota 27)	-	3.802	-	-	-	-	3.802	-
Destinação do lucro líquido do exercício:								
Reserva legal (nota 26)	-	-	37.521	-	-	-	(37.521)	-
Dividendos propostos (nota 26)	-	-	-	-	-	-	(148.664)	(148.664)
Constituição de reserva de benefício fiscal (nota 26)	-	118.250	-	-	-	-	(118.250)	-
Constituição de reserva para expansão (nota 26)	-	-	-	445.992	-	-	(445.992)	-
Dividendos não reclamados	-	-	-	7.020	-	-	-	7.020
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	122.052	37.521	453.012	-	-	(750.427)	(137.842)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	9.866.298	1.564.149	657.034	5.103.908	(3.369)	(507)	-	17.187.513

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1 Contexto operacional
1.1 Estrutura societária
A TIM Participações S.A. ("TIM Participações" e/ou "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro, RJ, controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A. ("TIM Brasil"). A TIM Brasil é uma empresa controlada do grupo Telecom Itália e detinha, em 31 de dezembro de 2017, 66,58% (66,58% em 31 de dezembro de 2016) do capital social da TIM Participações. A Companhia, em conjunto com suas controladas ("Grupo"), tem como principal objetivo exercer o controle de sociedades exploradoras de serviços de telecomunicações, incluindo telefonia móvel pessoal e outros, nas áreas de suas autorizações. Os serviços prestados pelas controladas da TIM Participações são regulados pela Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL").

As ações da Companhia são negociadas na B3 (anteriormente BMEF/Bovespa). Adicionalmente, a TIM Participações possui recibos de depósitos americanos (*American Depositary Receipts - ADRs*), nível II, negociados na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) - EUA. Em consequência, a Companhia está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da *Securities and Exchange Commission* ("SEC"). Visando atender às boas práticas de mercado, a TIM Participações adotou como princípio a divulgação simultânea de suas informações financeiras nos dois mercados, em reais, em português e inglês.

Reorganização societária
Em 25 de julho de 2017, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, projeto de reorganização societária de suas controladas TIM Celular S.A e Intelig Telecomunicações Ltda. ("Intelig"), por meio da incorporação da TIM Celular pela Intelig. Em 6 de setembro de 2017, foi averbado o ato societário de transformação da Intelig para sociedade anônima de capital fechado e alteração de sua denominação social para TIM S.A., a qual é a etapa da projeto de reorganização. A incorporação mencionada está prevista para o ano de 2018, o que poderá trazer impacto nas demonstrações financeiras da Companhia em decorrência de possível registro de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social gerados pela TIM S.A., conforme apresentado na nota 10.

Controladas diretas
(a) TIM Celular S.A. ("TIM Celular")
A Companhia detém a totalidade das ações do capital social da TIM Celular. Esta controlada presta Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC") nas modalidades Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, assim como o Serviço Móvel Pessoal ("SMP") e o Serviço de Comunicação Multimídia ("SCM"), em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.

(b) TIM S.A. (anteriormente denominada Intelig)
A Companhia também detém a totalidade das ações do capital da TIM S.A. Esta controlada presta o STFC apenas na modalidade Local e SCM, em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todas as demonstrações financeiras, exceto quando indicado em contrário.

2.1 Critérios gerais de elaboração e divulgação
As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos) mensurados ao valor justo.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e *joint ventures* nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). Essas demonstrações financeiras são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. A única exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos que estão classificados integralmente no longo prazo.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação
A moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real (R\$), que também é a moeda funcional de todas as empresas consolidadas nestas demonstrações financeiras.

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para Reais pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado.

2.3 Informações por segmentos
Segmentos operacionais são componentes da entidade que desenvolvem atividades de negócios das quais podem obter receitas e incorrer em despesas. Seus resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal gestor das operações da entidade, que toma as decisões sobre alocação de recursos e avalia o desempenho do segmento. Para a existência do segmento, é necessário haver informação financeira individual do mesmo. O principal tomador de decisões operacionais na Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação periódica de desempenho, é a Diretoria-Executiva, que, juntamente com o Conselho de Administração, são responsáveis pela tomada das decisões estratégicas do Grupo e por sua gestão.

A estratégia do Grupo é focada na otimização dos resultados consolidados da TIM Participações. Essa estratégia contempla a otimização das operações de cada empresa do Grupo, assim como o aproveitamento das sinergias entre todas estas entidades. Apesar de haver atividades diversas, os tomadores de decisão entendem que o Grupo representa apenas um segmento de negócio e não contemplam estratégias específicas voltadas apenas para a maximização de receitas e despesas em determinados segmentos. Como consequência, o planejamento e a aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas. O objetivo é sempre maximizar o resultado consolidado obtido pela exploração das licenças de SMP, STFC e SCM.

2.4 Procedimentos de consolidação
Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

É utilizado o método de contabilização de compra (*purchase accounting*) para registrar a aquisição de controladas pelo Grupo. O custo de aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais (ex.: ações) emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos pelo adquirente na data da troca de controle. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação minoritária. O excedente do custo de aquisição, que ultrapassa o valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos, é registrado como ágio. Se o custo da aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado, como receita após proceder-se a uma revisão dos conceitos e cálculos aplicados. As operações entre as empresas do Grupo, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, são eliminados. As políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pela TIM Participações. A data-base das informações financeiras utilizadas para consolidação é a mesma em todas as empresas do Grupo.

2.5 Aprovação das demonstrações financeiras
As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 5 de fevereiro de 2018.

f. Novas normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor
As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pela *International Accounting Standards Board* (IASB), mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pela CVM, baseada em pronunciamento do CPC.

IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos financeiros (financial instruments)
Em julho de 2014, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu versão final do IFRS 9, que substitui o IAS 39/CPC 38 e todas as versões anteriores do IFRS 9, sendo essa norma aplicável para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A CVM deliberou pela aprovação do pronunciamento técnico contábil CPC 48, equivalente ao IFRS 9, em 22 de dezembro de 2016.

Essa nova norma é aplicável para os ativos e passivos financeiros e abrange questões de classificação, mensuração, redução ao valor recuperável (*impairment*), desreconhecimento de ativos e passivos financeiros, bem como trata sobre critérios de qualificação e contabilização de hedge.

Em relação a classificação a norma requer que as entidades classifiquem seus ativos financeiros como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado, com base na avaliação das seguintes premissas:

(i) Modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; e
(ii) Não características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

As estimativas e pressupostos que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios financeiros, estão contempladas a seguir.

(a) Perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros
Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor justo de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do plano de negócios da Companhia. Por se tratar de um *business* contínuo, a partir do quinto ano de projeção foi estimada uma perpetuidade de crescimento nominal dos fluxos de caixa (nota 15).

Eventuais atividades de reorganização com as quais a Companhia não esteja comprometida na data-base de apre-entação das demonstrações financeiras ou investimentos futuros significativos que melhoraria a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste são excluídos para fins de teste de *impairment*.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento de receitas e despesas utilizadas para fins de extrapolação. Condições econômicas adversas podem fazer com que estas premissas sofram alterações significativas.

Os principais ativos não financeiros para os quais foi feita esta avaliação são os ágios fundamentados em rentabilidade futura registrados pela Companhia (nota 15).

(b) *Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)*
O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributá-

vel de caixa provenientes de contrato com clientes. O princípio fundamental deste pronunciamento consiste em que a entidade deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflete a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços. A entidade deve considerar os termos do contrato e todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar este pronunciamento.

A norma prevê que as entidades devem aplicar este pronunciamento utilizando um dos seguintes métodos:

(i) Retrospectivamente, a cada período anterior, apresentado de acordo com o IAS 8 / CPC 23 (Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro), sujeito aos expedientes práticos previstos pela norma; ou
(ii) Retrospectivamente, com efeito cumulativo da aplicação inicial deste pronunciamento, reconhecido na data da aplicação inicial.

A Companhia decidiu adotar o IFRS15 (CPC47) de forma retrospectiva, com efeito cumulativo da aplicação inicial, ficando as principais cláusulas contratuais e demais elementos presentes nos contratos que possam ser relevantes na adoção da nova norma contábil.

Na data da adoção e início do contrato, a entidade deve avaliar os bens ou serviços prometidos em contrato com o cliente e deve identificar como obrigação de desempenho cada promessa de transferir ao cliente:

(i) Bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto; ou
(ii) Série de bens ou serviços distintos que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.

Bem ou serviço prometido ao cliente é distinto, se ambos os critérios a seguir forem atendidos:

(a) o cliente pode se beneficiar do bem ou serviço, seja isoladamente ou em conjunto com outros recursos que estejam prontamente disponíveis ao cliente (ou seja, o bem ou o serviço é capaz de ser distinto); e
(b) a promessa da entidade de transferir o bem ou o serviço ao cliente é separadamente identificável de outras promessas contidas no contrato (ou seja, compromisso para transferir o bem ou o serviço é distinto dentro do contexto do contrato).

Perante revisão dos seus contratos, a Companhia verificou que praticamente existem duas obrigações de desempenho: (i) venda e/ou aluguel de equipamentos ou aparelhos celulares; e (ii) prestação de serviços de telefonia fixa ou móvel e banda larga (*Internet*). Portanto, a Companhia reconhecerá as receitas quando, ou à medida que satisfizer à obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo.

Determinação e alocação do preço da transação a obrigação de desempenho
A entidade deve considerar os termos do contrato e suas práticas de negócios usuais para determinar o preço da transação. O preço da transação é o valor da contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente, sendo que a contraprestação prometida em contrato com o cliente pode incluir valores fixos, valores variáveis ou ambos.

Em seguida, a entidade deve alocar o preço da transação a cada obrigação de desempenho (bem ou serviço distinto) pelo valor que reflete o valor da contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente, sendo que o preço da transação será alocado proporcionalmente para cada obrigação de desempenho identificada no contrato com base no preço de venda individual de cada bem ou serviço.

O preço de venda individual está sendo definido internamente pela Companhia e pode ser baseado em preços regulados, lista de preços considerando o custo mais margem e preço de venda individual da Companhia ou do mercado, além do preço de contrato onde esse preço seria similar para outros contratos com circunstâncias similares.

Dessa forma, a adoção da nova norma de receita trará uma aceleração no reconhecimento das receitas de vendas de equipamentos e/ou aparelhos celulares, que são geralmente reconhecidas no momento da transferência do controle ao cliente, basicamente em decorrência da alocação do desconto entre as obrigações de desempenho na venda de planos que tenham serviços mais equipamento/aparelho. A diferença entre os valores contábeis das vendas desses equipamentos e/ou celulares e o valor recebido do cliente será reconhecido como um ativo e/ou passivo contratual no início do contrato. Enquanto que as receitas de serviços de telefonia serão reconhecidas no resultado pelo seu valor contábil após a alocação do preço da transação, é a medida que o serviço for prestado mensalmente.

Custo para obtenção do contrato
A entidade deve reconhecer como ativo os custos incrementais para obtenção de contrato com cliente, se a entidade espera recuperar esses custos. Custo incremental são os custos em que a entidade incorre para obter o contrato com o cliente que ela não teria incorrido, se o contrato não tivesse sido obtido.

Portanto, a Companhia contabilizará como ativo os valores incorridos por estes conceitos e o seu posterior reconhecimento à resultado, de forma consistente com a transferência ao cliente dos bens ou serviços aos quais o ativo se refere. Ainda, a Companhia reconhecerá a perda por redução ao valor recuperável no resultado na medida em que o valor contábil do ativo reconhecido exceder o valor restante da contraprestação que a Companhia espera receber em troca dos bens ou serviços aos quais o ativo se refere.

Impacto financeiro
A Companhia está em fase final de determinação do impacto financeiro pela aplicação da nova norma contábil, mas devido ao volume de informações necessárias para determinação do impacto quantitativo, entende que a estimativa atual não seja razoavelmente precisa para ser divulgada. Entretanto, perante avaliação até o momento, a Companhia espera uma aceleração da receita de venda de equipamentos e aparelhos celulares, e maior diferimento dos custos incrementais para aquisição dos clientes, sendo que esses efeitos devem:

(i) Aumentar os lucros passivos em períodos comparativos; e
(ii) Reconhecimento de um ativo e/ou passivo contratual, aumentando as reservas em 1º de janeiro de 2018.

Com relação as principais linhas de produtos os efeitos são como segue:

Planos Pós pago, Controle e Corporativo: de acordo com a prática contábil corrente, a receita de aparelhos é reconhecida com base no valor recebido quando o aparelho é entregue ao cliente. Em alguns casos, os aparelhos podem ser fornecidos com um desconto relevante, em virtude de políticas comerciais. No escopo do IFRS15/CPC 47, uma parte adicional da receita será alocada à receita de aparelhos no início do contrato, sendo esse valor calculado com base no preço individual de venda no contrato independentemente do valor pago. A alocação adicional representa um aumento na receita de produtos com uma redução correspondente na receita de serviços. A diferença do valor receita e o valor da receita de produtos no momento inicial será reconhecido como ativo contratual, que será alocado a receita dos serviços pelo período do contrato.

A Companhia espera em andamento com o processo de análise dos contratos de arrendamento, bem como contratos antigos serão finalizados e novos contratos entrarão na base. Sendo estes os impactos qualitativos mais relevantes para a Companhia e suas controladas na adoção do IFRS15 / CPC47.

IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil (Leases)
Em julho de 2014, o IASB emitiu o IFRS 16, que substitui o IAS 17, sendo essa norma aplicável para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A CVM ainda não deliberou pela aprovação do pronunciamento técnico contábil CPC 06 (R2), equivalente ao IFRS 16.

A nova norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, exigindo que os arrendatários reconheçam os ativos e passivos decorrentes dos contratos de arrendamento, exceto contratos de curto prazo, ou seja de 12 meses ou menos, ou contratos em que o ativo subjacente seja de baixo valor. Ainda, a nova norma prevê que o arrendatário deve aplicar este pronunciamento aos seus arranjos de duas formas:

(i) Retrospectivamente, a cada período anterior, apresentado de acordo com o IAS 8 / CPC 23 (Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro); ou
(ii) Retrospectivamente, com efeito cumulativo da aplicação inicial deste pronunciamento, reconhecido na data da aplicação inicial.

A Companhia decidiu adotar o IFRS16 (CPC 06 (R2)) de forma retrospectiva, com efeito cumulativo da aplicação inicial reconhecido na data da aplicação inicial, ou seja, 1º de janeiro de 2019.

A Companhia possui quantidade significativa de contratos de arrendamento no qual atua como arrendatária, sendo que atualmente parte desses contratos são reconhecidos como arrendamentos operacionais, sendo os pagamentos contabilizados de forma linear ao longo do prazo do contrato.

A Companhia está em andamento com o processo de análise dos contratos de arrendamento, bem como de avaliação do impacto financeiro, prevendo um aumento significativo no total de ativos e passivos no momento inicial da adoção da norma, em decorrência do reconhecimento do direito de uso sobre o ativo "arrendado" e do passivo de arrendamento mercantil, respectivamente.

O acréscimo nos passivos de arrendamento em virtude do reconhecimento do direito de uso dos ativos gera um aumento correspondente da dívida líquida da Companhia, sendo as despesas de depreciação e juros reconhecidas na demonstração do resultado em substituição das despesas de arrendamento operacional ("aluguel"). Esse tratamento contábil, ocasionará um impacto positivo no EBITDA (*Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucro Antes dos Juros, Imposto, Depreciação e Amortização), bem como aumento correspondente do caixa líquido proveniente de atividades operacionais reportadas no fluxo de caixa.

Os efeitos contábeis serão avaliados como parte do projeto de implementação do IFRS 16/CPC 06 (R2), contudo, em decorrência do volume de contratos e informações necessárias para determinação do impacto quantitativo, a Companhia entende que a estimativa atual não seja razoavelmente precisa para ser divulgada. Em relação aos aspectos qualitativos, as principais transações que deverão ser impactadas por essa nova norma incluem: aluguel de veículos, aluguel de lojas e quiosques, aluguel de site e compartilhamento de infraestrutura.

Não há outras normas do IFRS ou interpretações do IFRIC Atuais que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

3. Estimativas e julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da Companhia
As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados. Os mesmos baseiam-se na experiência histórica da Companhia e em outros fatores, tais como as expectativas de eventos futuros, considerando as circunstâncias presentes na data-base das demonstrações financeiras.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e pressupostos que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios financeiros, estão contempladas a seguir.

(a) Perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros
Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor justo de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do plano de negócios da Companhia. Por se tratar de um *business* contínuo, a partir do quinto ano de projeção foi estimada uma perpetuidade de crescimento nominal dos fluxos de caixa (nota 15).

Eventuais atividades de reorganização com as quais a Companhia não esteja comprometida na data-base de apre-entação das demonstrações financeiras ou investimentos futuros significativos que melhoraria a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste são excluídos para fins de teste de *impairment*.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento de receitas e despesas utilizadas para fins de extrapolação. Condições econômicas adversas podem fazer com que estas premissas sofram alterações significativas.

Os principais ativos não financeiros para os quais foi feita esta avaliação são os ágios fundamentados em rentabilidade futura registrados pela Companhia (nota 15).

(b) *Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)*
O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributá-

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Atividades operacionais					
Lucros antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		1.234.507	750.427	1.435.516	1.013.316
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização		-	-	4.013.671	3.785.172
Resultado de equivalência patrimonial	13	(1.279.941)	(768.241)	-	-
(Ganho)/perda na venda de ativo imobilizado (<i>leaseback</i>) 1b e 30		-	-	1.801	(44.036)
Valor residual de ativos imobilizados e intangíveis baixados		-	-	54.104	19.528
Juros das obrigações decorrentes de desmobilização de ativos	25	-	-	428	1.146
Provisão para processos administrativos e judiciais	24	1.189	(2.444)	372.469	375.242
Atualização monetária sobre depósitos e processos administrativos e judiciais		(407)	(1.414)	97.805	41.010
Juros, variação monetária e cambial sobre empréstimos e outros ajustes financeiros		-	-	521.570	625.865
Juros sobre arrendamento mercantil passivo	32	-	-	257.305	246.280
Juros sobre arrendamento mercantil ativo	31	-	-	(22.709)	(25.756)
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	29	-	-	316.387	266.442
Opções de compra de ações	27	3.743	(3.25)	10.923	3.802
		(40.909)	(21.997)	7.059.270	6.308.011
Redução (aumento) dos ativos operacionais					
Contas a receber de clientes		-	-	99.674	(291.825)
Impostos e contribuições a recuperar		10.675	(440)	162.705	206.143
Estoques		-	-	20.149	(2.214)
Despesas antecipadas		1.987	(8.499)	(40.490)	80.524
Dividendos e Juros sobre capital próprio recebidos		404.331	489.013	-	-
Depósitos judiciais		(21.744)	(14.358)	(53.217)	(128.256)
Outros ativos		6.558	471	(26.129)	26.604
Aumento (redução) dos passivos operacionais					
Obrigações trabalhistas		2.606	2.120	50.171	12.906
Forneceiros		1.266	(1.986)	523.419	(296.014)
Impostos, taxas e contribuições		234	(9)	(474.557)	(214.353)
Autorizações a pagar		-	-	(895.964)	199.163
Pagamentos de processos judiciais e administrativos	24	(798)	(237)	(439.670)	(413.209)
Receitas diferidas		-	-	(415.651)	(337.806)
Outros passivos		1.346	61	(165.598)	(156.886)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		365.552	444.139	5.404.112	4.992.248
Atividades de investimentos					
Titulos e valores mobiliários		-	-	(288.658)	119.461
Caixa recebido na venda de ativo imobilizado		-	-	13.850	133.708
Adições ao imobilizado e intangível		-	-	(4.147.907)	(4.502.397)
Reccebimento de arrendamento mercantil financeiro		-	-	22.140	20.929
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento		-	-	(4.400.575)	(4.228.299)
Atividades de financiamentos					
Novos empréstimos		-	-	646.853	1.304.942
Amortização de empréstimos		-	-	(3.270.570)	(2.685.938)
Pagamento de arrendamento mercantil financeiro financeiro		-	-	(219.189)	(199.747)
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	17.677	305.336
Compra de ações em tesouraria, liquidação de alienações		(13.118)	-	(13.118)	-
Dividendos e Juros sobre capital próprio pagos		(332.658)	(460.309)	(332.658)	(460.309)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(345.772)	(460.309)	(3.171.005)	(1.736.166)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		19.776	(16.170)	(2.167.468)	(972.217)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		8.593	24.763	5.128.186	6.100.403
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		28.369	8.593	2.960.718	5.128.186
Informações suplementares dos fluxos de caixa consolidado					



Consolidado		2017	2016
Serviços faturados	1.390.616	1.175.091	
Serviços a futuro ("unbilled")	610.570	653.333	
Uso de rede	367.894	527.179	
Venda de mercadorias	661.180	956.056	
Outras contas a receber	1.548	2.062	
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	3.031.808	3.313.721	
Parcela circulante	(464.745)	(370.452)	
Parcela não circulante	2.567.063	2.943.269	
A movimentação das perdas por créditos de liquidação duvidosa, contabilizadas como conta redutora de ativo, foi como segue:	(2.540.856)	(2.919.177)	
	26.207	24.092	

Consolidado		2017	2016
Saldo inicial	370.452	351.381	
Constituição	316.387	266.442	
Baixas	(222.094)	(247.371)	
Saldo final	464.745	370.452	

A idade das contas a receber apresenta-se como segue:

Consolidado		2017	2016
A vencer	2.028.983	2.378.345	
Vencidos até 30 dias	271.560	231.024	
Vencidos até 60 dias	113.584	107.584	
Vencidos até 90 dias	109.568	135.164	
Vencidos há mais de 90 dias	508.113	461.604	
	3.031.808	3.313.721	

7. Estoques

Estoques são apresentados ao custo médio de aquisição. Uma perda é reconhecida para ajustar o custo de aparelhos e acessórios ao valor líquido realizável (valor de venda), quando este valor for menor que o custo médio de aquisição.

Consolidado		2017	2016
Aparelhos celulares e tablets	107.195	132.857	
Acessórios e outros	16.156	18.115	
TIM chips	10.548	13.114	
Perdas para ajuste ao valor de realização	133.899	164.086	
	(10.114)	(20.152)	
	123.785	143.934	

8. Impostos e contribuições indiretos a recuperar

Consolidado		2017	2016
ICMS	1.296.255	1.465.088	
Outros	39.332	35.909	
Parcela circulante	1.335.587	1.500.997	
Parcela não circulante	(386.001)	(633.854)	
Os valores de ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) a recuperar são compostos principalmente (i) pelos créditos sobre as aquisições de ativo imobilizado diretamente relacionadas à prestação de serviço de telecomunicações (crédito parcelado em 48 meses) e (ii) por valores de ICMS recolhidos sob o regime de substituição tributária das operações relacionadas às mercadorias adquiridas para revenda, principalmente aparelhos celulares, chips, tablets e modems comercializados pela TIM.	949.586	867.143	

9. Impostos e contribuições diretos a recuperar

Controladora		Consolidado		
2017	2016	2017	2016	
Imposto de renda e Contribuição social (i)	2.129	1.579	434.823	431.005
PIS / COFINS (ii)	3.721	20.185	53.509	52.879
Outros	5.827	587	44.211	51.820
Parcela circulante	11.677	22.351	532.543	535.704
Parcela não circulante	(11.677)	(22.351)	(323.040)	(334.806)
	-	-	209.503	200.898

(i) Os valores de imposto de renda e contribuição social correspondem as antecipações realizadas ao longo do exercício.

(ii) Os valores de PIS/COFINS a recuperar referem-se: (i) aos créditos oriundos de processo judicial com decisão favorável definitiva, ou que discuta a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo do PIS e da COFINS instituída pela Lei nº 9.718/98; e (ii) a créditos calculados sobre bens e serviços utilizados como insumos, conforme legislação pertinente.

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre (1) os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados e (2) as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda diferido é determinado usando-se alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço. Mudanças posteriores nas alíquotas de imposto ou na legislação fiscal podem alterar os valores dos saldos de impostos diferidos, tanto ativos como passivos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente sob a hipótese de histórico do lucro líquido e/ou quando as projeções anualmente preparadas pela Companhia, examinadas pelo Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, e aprovadas pelos demais órgãos da Administração, indiquem que seja provável a realização futura de tais créditos fiscais.

Os saldos de impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo saldo líquido.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as alíquotas vigentes foram de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os impostos diferidos também consideram os incentivos fiscais apresentados na nota 33.

Os valores contabilmente registrados são os seguintes:

Controladora		Consolidado		
2017	2016	2017	2016	
Prejuízo fiscal	34.441	32.246	117.411	204.940
Base negativa de contribuição social	12.463	11.673	55.879	87.389
Diferenças temporárias:				
Provisão para processos judiciais e administrativos	908	674	196.589	114.742
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	-	164.707	120.096
Ajuste a valor presente - licença 3G	-	-	11.066	13.008
Imposto de renda diferido sobre ajustes contábeis	-	-	-	-
Aquisição de ações de acionistas não Controladores	53.569	53.569	53.569	53.569
Outros	-	-	6.270	8.200
Aluguel Infraestrutura LT Amazonas	-	-	19.003	16.144
Provisão para participação dos empregados	1.479	1.079	40.392	26.470
Tributos com exigibilidade suspensa	-	-	12.872	12.872
Ágio amortizado - TIM Fiber	-	-	(370.494)	(328.152)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(16.432)	(46.053)
Juros capitalizados 4G	-	-	(258.175)	(173.408)
Custo atribuído - TIM S.A	-	-	(94.912)	(108.358)
Outros	-	-	65.686	31.114
	102.860	99.241	3.941	32.573

Parcela imposto ativo diferido

Parcela imposto passivo diferido

TIM Celular

A controlada TIM Celular, com base em histórico de lucratividade e fundamentada em projeções de resultados tributáveis futuros, constitui créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a totalidade de seus prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Com base nestas projeções, a controlada possui a seguinte expectativa de recuperação dos créditos:

Imposto de renda e contribuição social diferidos		2018		2019	
Prejuízos fiscais e base negativa			116.022		-
Diferenças temporárias			(190.758)		-
Total			(74.736)		-

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram calculadas levando-se em consideração premissas financeiras e de negócios disponíveis no encerramento do exercício de 2017.

A controlada TIM Celular utilizou créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$132.389 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (R\$127.216 em 31 de dezembro de 2016).

Créditos tributários diferidos ainda não reconhecidos

Considerando que a TIM Participações S.A. não possui atividades que possam gerar base tributável de imposto de renda e contribuição social, não foram reconhecidos créditos tributários diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativas de contribuição social e diferenças temporárias, totalizando R\$102.860 em 31 de dezembro de 2017 (R\$99.241 em 31 de dezembro de 2016).

No caso da controlada TIM S.A., considerando que a mesma não apresenta histórico de lucro tributável constante e expectativa de lucro tributável futuro suficiente para compensação de prejuízo fiscal e base negativa, não foi reconhecido no exercício a totalidade de créditos tributários disponíveis no montante total de R\$1.032.588 em 31 de dezembro de 2017 (R\$1.126.463 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$961.183 referem-se a prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e R\$71.405 referem-se a diferenças temporárias.

No ano de 2017 foram reconhecidos créditos tributários no total de R\$70.729, correspondente a R\$10.364 de prejuízos fiscais e R\$60.364 sobre diferenças temporárias que estão apresentados líquidos do passivo diferido no montante de R\$94.912 relacionado com o custo atribuído.

11. Despesas antecipadas

Consolidado		2017	2016
Propagandas não veiculadas (*)	124.387	85.905	
Aluguéis e seguros	49.185	58.366	
Swap de rede (**)	20.191	28.932	
Outros	14.069	11.563	
Parcela circulante	207.832	184.766	
Parcela não circulante	(168.366)	(130.392)	
	39.466	54.374	

(*) Representam pagamentos antecipados de despesas de propaganda de produtos e serviços da marca TIM que são reconhecidas no resultado de acordo com o período de veiculação da propaganda.

(**) Em 1º de abril de 2010, a controlada TIM S.A. e a GVT firmaram contrato de cessão onerosa e recíproca de infraestrutura de fibras óticas (swap de rede), visando expandir suas respectivas áreas de atuação. Considerando a substância econômica da transação, o valor foi registrado na conta de despesas antecipadas (circulante e não circulante) e na rubrica de receitas diferidas (circulante e não circulante). Ambos montantes são apropriados ao resultado na mesma proporção, durante um período de 10 anos.

12. Depósitos judiciais

São registrados ao custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente:

Controladora		Consolidado		
2017	2016	2017	2016	
Cível	1.277	15.111	344.204	471.922
Trabalhista	92.311	73.007	493.705	468.009
Tributário	1.693	1.585	286.375	291.745
Regulatório	-	-	111	111
Penhora on line (*)	17.026	154	242.181	62.338
Parcela não circulante	112.307	89.857	1.366.576	1.294.125

(*) Referem-se a bloqueios judiciais diretamente nas contas correntes e aplicações financeiras da Companhia vinculadas a determinados processos judiciais. Esse montante é analisado mensalmente e quando identificado é feita a reclassificação para uma das demais contas específicas na rubrica depósitos judiciais.

Tratam-se de valores depositados em juízo para garantia de execuções em processos cíveis cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia. Tais processos, em sua maioria, referem-se a ações judiciais movidas por clientes, envolvendo questões de direito do consumidor, dentre outros.

Existem alguns processos com matérias diferenciadas, em que se discute o valor fixado pela ANATEL para de-ocupação de determinadas subfaixas, viabilizando a implementação da tecnologia 4G, após a TIM Celular ter saído vencedora do certame. Neste caso, o valor depositado atualizado em juízo para discussão é de R\$63.869 (R\$59.546 em 31 de dezembro de 2016).

Trabalhista

Trata-se de valores depositados em juízo referentes a garantias a execução efetuadas e depósitos para interposi-ção dos recursos cabíveis, nos quais ainda há a discussão nos autos sobre a matéria ou valores devidos. O mon-tante está distribuído entre diversos processos movidos por ex-empregados da Companhia e suas controladas e terceiros prestadores de serviços.

Tributário

A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais, relativos à matéria tributária, realizados para su-poritar diversas discussões judiciais em curso. Tais depósitos referem-se, principalmente, às seguintes discussões:

(i) Acréscimo de 2% de alíquota do ICMS em razão do Fundo de Erradicação da Pobreza (FECP) no Estado da Bahia relativamente aos serviços de telefonia pré paga prestados pela Companhia. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 92.066 (R\$ 87.093 em 31 de dezembro de 2016).

(ii) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das controladas, matéria com vies positivo no judiciário. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa dis-cussão é de R\$ 71.722 (R\$ 67.697 em 31 de dezembro de 2016).

(iii) Incidência da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) sobre operações de conversão

de empréstimos em capital próprio da Companhia; reconhecimento do direito ao não recolhimento da contribu-ição supostamente incidente sobre a simples mudança de titularidade de contas correntes em razão de incorp-oração. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 9.687, considerando a recente conversão em renda à União (R\$ 33.489 em 31 de dezembro de 2016).

(iv) Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 15.824 (R\$ 13.542 em 31 de dezembro de 2016).

(v) Não homologação de compensação de débitos federais com créditos de imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) pela suposta insuficiência de créditos, bem como o depósito realizado para fins de liberação de Certidão Negativa de Débitos (CND). O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 10.539 (R\$ 10.036 em 31 de dezembro de 2016).

(vi) Incidência de Imposto sobre Serviços - ISS sobre serviços de importação e de terceiros; suposta falta de recolhimento relativamente à limpeza de terreno e serviço de manutenção de ERB (Estação Rádio Base), ao ISS próprio, ao ISS incidente sobre serviços de Co-billing e no licenciamento de software (blackberry). Garantia do direito de aproveitamento do benefício da denúncia espontânea e busca pelo afastamento das multas confiscató-rias no caso de pagamento em atraso. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 7.056 (R\$6.453 em 31 de dezembro de 2016).

(vii) Serviços acessórios previstos no Convênio 69/98 ICMS incidente sobre prestações de serviços de comunica-ção dos valores cobrados a título de acesso, adesão, ativação, habilitação, disponibilidade, assinatura e utilização dos serviços, dentre outros. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 5.745 em 31 de dezembro de 2016).

(viii) Denúncia espontânea de débitos tributários e a consequente exclusão de cobrança de multa moratória. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 4.381 (R\$ 4.222 em 31 de dezembro de 2016).

(ix) Depósito realizado pela TIM S.A - Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST (Fundo de Universa-lização de Serviços de Telecomunicações). Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a Súmula 7/2005 da ANATEL. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 53.128 (R\$ 48.873 em 31 de dezembro de 2016).

13. Investimentos - Controladora

As participações societárias em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial somente nas demonstrações financeiras individuais.

(a) Participações em empresas controladas:

Consolidado		31 de dezembro de 2017		Total
2017	2016	TIM Celular	TIM S.A	
Quantidade de ações/quotas detidas	38.254.833.561	4.041.956.045		
Participação no capital total	100%	100%		
Patrimônio líquido	16.724.656	1.231.926		
Lucro líquido do exercício	1.147.943	131.648		
Resultados não realizados	-	350		
Lucro líquido ajustado do exercício	1.147.943	131.998	1.279.941	
Resultado de equivalência patrimonial	1.147.943	131.998	1.279.941	
Valor do investimento	16.724.656	1.231.926	17.956.582	

Em 1º de janeiro de 2009, a TIM S.A., no momento da primeira adoção das IFRS / CPCs, utilizou o custo atribuído para mensurar o valor de seu ativo imobilizado, conforme previsto no ICPC 10, aprovado por Deliberação da CVM. Após esta data, o imobilizado tem sido demonstrado pelo custo histórico de aquisição e / ou construção. Ambos (custo atribuído e custo histórico) são deduzidos da depreciação acumulada e de provisão para impairment (esta última, se aplicável).

(a) Movimentação do imobilizado

Saldo em 2016		Adições (depreciação)		Baixas		Transferências		Saldo em 2017	
Equipamentos de comutação / transmissão	17.232.254	28.694	(57.683)	1.563.575	-	18.766.840			
Cabos de fibra ótica	600.504	3	-	83.464	-	683.971			
Aparelhos em comodato	2.071.334	-	(10.502)	120.798	-	2.181.630			
Infraestrutura	5.269.043	238	(15.195)	398.754	-	5.652.840			
Bens de informática	1.550.614	113	(1)	64.599	-	1.615.325			
Bens de uso geral	675.682	18	(258)	63.997	-	739.439			
Terrenos	40.794	-	-	-	-	40.794			
Obras em andamento	1.819.606	2.279.913	5.359	(2.618.812)	-	1.486.066			
Total Imobilizado Bruto	29.259.831	2.308.979	(78.280)	3.323.625	-	31.166.905			
Depreciação acumulada	(11.969.208)	(1.417.827)	14.054	(22)	(13.373.003)				
Cabos de fibra ótica	(242.709)	(47.990)	-	-	(290.699)				
Aparelhos em comodato	(1.905.228)	(114.370)	3.580	-	(2.016.018)				
Infraestrutura	(2.224.932)	(482.463)	9.211	306	(2.697.878)				
Bens de informática	(1.372.663)	(76.080)	1	48	(1.448.694)				
Bens de uso geral	(460.561)	(41.491)	258	(331)	(502.125)				
Total Depreciação Acumulada	(18.175.301)	(2.180.221)	27.104	1	(20.328.437)				



Ágio aquisição TIM S.A. - O ágio decorrente da aquisição da TIM S.A. (anteriormente "Intelig") em dezembro de 2009 no montante de R\$210.015 é representado/fundamentado pela expectativa de rentabilidade futura da controlada. Sua recuperabilidade é analisada anualmente, através do teste de *impairment*.

Ágios aquisições de TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ - A TIM Celular adquiriu, ao final de 2011, as empresas Eletropaulo Telecomunicações Ltda. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber SP Ltda. - "TIM Fiber SP") e AES Communications Rio de Janeiro S.A. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber RJ S.A. - "TIM Fiber RJ"). Estas empresas eram prestadoras do SCM nos principais municípios da Grande São Paulo e do Grande Rio de Janeiro, respectivamente.

TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. foram incorporadas à TIM Celular S.A. em 29 de agosto de 2012.

A controlada TIM Celular registrou ágio, de forma definitiva, advindo da compra das empresas TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ, no valor total de R\$1.159.648.

Ágio aquisição de participações minoritárias da TIM Sul e TIM Nordeste - A Companhia adquiriu em 2005 a totalidade das ações junto aos acionistas minoritários da TIM Sul e da TIM Nordeste com ações emitidas pela TIM Participações, convertendo em referidas empresas em controladas integrais. O ágio decorrente desta operação foi de R\$157.556.

Conforme exigido pela norma contábil, a Companhia realiza anualmente teste de *impairment* para os ágios relacionados às combinações de negócios envolvendo as empresas do Grupo TIM, sendo que a metodologia e premissas utilizadas pela Administração para teste de *impairment* dos ágios acima mencionados está resumida a seguir: A Administração da Companhia entende que a menor unidade geradora de caixa para teste de *impairment* dos ágios na aquisição das empresas anteriormente descritas abrange o negócio a nível consolidado, e portanto, a avaliação está no nível da TIM Participações. Essa metodologia está alinhada com o direcionamento estratégico da Companhia e suas controladas, bem como do mercado no sentido de integração dos segmentos móvel e fixo, conforme premissas a seguir:

(i) Quando da aquisição destas empresas, a principal razão para adquiri-las era suportar e aumentar a competitividade do negócio móvel e entrar no negócio de banda larga residencial, corporativa e acesso ao mercado de wholesale, seja direta, seja via swap com outras operadoras de mercado, no qual a TIM ainda não estava inserida. Nos anos anteriores, a Companhia entendia que a entrada de caixa gerada pelo negócio da Fiber e Intelig podia ser considerada independente dos outros negócios, assim o teste de *impairment* do ágio considerou apenas o fluxo de caixa diretamente relacionado a essas UGC's, o que não faz mais sentido atualmente em decorrência interdependência e/ou sinergia entre as operações móvel, fixa e banda larga;

(ii) Nos últimos anos, vem ocorrendo uma migração do uso (e faturamento) de serviços de voz para dados no mercado internacional e, em particular, no Brasil. O uso crescente de dados transformou-se em um grande desafio em termos de infraestrutura, visto que os sites móveis passaram a demandar uma capacidade elevada no atendimento eficaz aos serviços de dados. A principal solução adotada pela TIM foi adotar o FITS (Fiber to the site) approach, chegando aos sites com a rede de fibra óptica, e instalar *small cells* conectados à rede de fibra óptica, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, de modo a descongestionar os sites móveis, aumentando a capacidade de transmissão e melhora da qualidade dos serviços. Em consequência, houve um aumento significativo do uso do *backbone* da TIM Fiber e TIM S.A. (Intelig) no atendimento aos serviços móveis. Este uso da rede de forma compartilhada entre móvel e fixo torna impossível manter separadas as salidas de caixa CAPEX e OPEX entre estes dois segmentos;

(iii) O comportamento dos clientes de serviços de telefonia está evoluindo para um approach centrado em dados, onde os clientes estão sempre "conectados", seja utilizando a rede da operadora, redes wi-fi públicas e particulares, o que é permitido por *handsets* cada vez mais evoluídos. Deste modo, as empresas de telefonia estão oferecendo pacotes de serviços e pacotes de dados para obter as receitas do uso constantes de dados. A implantação de ofertas em pacotes torna impossível desagregar as entradas de caixa entre os segmentos móvel e fixo; e (iv) De um ponto de vista organizacional, os negócios da TIM Fiber e a TIM S.A. (Intelig) estão totalmente integrados ao negócio móvel. Consequentemente, o teste de *impairment* destes ágios utilizou esta UGC (TIM Participações) e a metodologia do valor em uso, estando as principais premissas utilizadas resumidas a seguir:

- Percentuais de crescimento do número de clientes, alinhados com o plano de negócios da Companhia e preparado para 3+2 anos;
- Diminuição da base de clientes do pré-pago progressivamente e de acordo com a tendência histórica e do plano industrial, sendo combatida por uma maior penetração nos planos pós-pago, alinhados com o plano de negócios da Companhia e preparado para 3+2 anos, momento no qual ocorre a estabilização do fluxo de caixa e pode se projetar o crescimento por perpetuidade;
- Projeção dos custos de operação e manutenção considerando alteração da base de clientes, eventuais ganhos de escala e efeitos de inflação. A taxa de inflação esperada pela Companhia para os gastos operacionais (4,00% a.a. em média) encontra-se alinhada com as projeções preparadas por instituições representativas do mercado;
- Por tratar-se de um negócio sem expectativa de término, a partir do quinto ano de projeção foi estimada uma perpetuidade de crescimento nominal dos fluxos de caixa de 2,50% a.a.;
- A taxa de desconto para os fluxos de caixa projetados foi de 11,10% ao ano. A taxa de desconto equivalente para o mesmo valor em uso sem o efeito de fluxo de pagamento de impostos sobre a renda, é de 15,24%.

O resultado do teste de *impairment* realizados em 31 de dezembro de 2017 não indicou nenhuma necessidade de provisão para perdas.

(e) Lista de clientes
O método de alocação do preço de aquisição relacionado às aquisições de TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A., foram identificados direitos contratuais para prestação de serviços futuros pelas empresas adquiridas. Seus direitos contratuais foram mensurados ao seu valor justo na data de aquisição das empresas e são amortizados de acordo com sua vida útil, estimada na mesma data.

(f) Direito de uso de infraestrutura - UG's ANATEL

A controlada TIM Celular assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil. Seus contratos enquadram-se no escopo do IPCR 3 (FRIC 4) e são classificados como rendimentos mercantis financeiros.

Adicionalmente, a TIM Celular assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A., também na Região Norte. Nestes, as duas operadoras otimizam recursos e reduzem seus respectivos custos operacionais (nota 16).

(g) Leilão e pagamento de Licença 4G em 700 MHz

A rubrica ativos intangíveis em desenvolvimento está representada substancialmente pelos custos de desenvolvimento da tecnologia 4G, que inclui: (i) valores pagos para obtenção das autorizações da Licença 4G; (ii) custos de limpeza de frequência da faixa de 700 MHz; e (iii) custos financeiros capitalizados sobre ativos qualificáveis, conforme detalhado a seguir:

(i) Em 30 de setembro de 2014, a TIM Celular adquiriu o Lote 2 no Leilão da faixa de 700 MHz no montante de R\$1.739 milhões. Em dezembro de 2014, a Companhia efetuou o pagamento de R\$1.678 milhões, registrando o saldo remanescente no valor de R\$61 milhões como dívida, conforme previsto no edital.

A TIM Celular está contestando este saldo remanescente perante a ANATEL e sobre o mesmo incorrer juros de 1% a.m. e indexados ao IGP-DI, sendo tais montantes capitalizados pela Companhia. O impacto no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 8.113 (R\$8.586 em 31 de dezembro de 2016) de juros e R\$443 (R\$5.659 em 31 de dezembro de 2016) de correção monetária sobre o saldo.

(ii) Adicionalmente, conforme definido no edital, a Companhia assumiu os custos relacionados à limpeza da frequência da faixa de 700 MHz adquirida. O valor nominal devido pela Companhia para a limpeza relacionada ao lote adquirido foi de R\$904 milhões. A Companhia também obteve um custo adicional referente a parcela não arrematada no leilão e subsequentemente dividido pela ANATEL entre as operadoras vencedoras do leilão de R\$295 milhões, totalizando R\$1.199 milhões a serem pagos relacionados a estes custos.

Para a realização das atividades de limpeza do espectro, a TIM, junto com as outras empresas vencedoras do leilão, constituiram em março de 2015 uma Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV, denominada "EAD". Entre 2015 e 2018, a TIM, assim como outras empresas vencedoras do leilão, desembolsará valores de acordo com cronograma definido no edital, para assumir, por meio da EAD, os custos dessas atividades de limpeza. Por tratar-se de obrigação de longo prazo, o montante a pagar de R\$1.199 milhões foi reduzido em R\$47 milhões pela aplicação do conceito de ajuste ao valor presente ("AVP"). Mensalmente, há a apropriação dos juros do AVP e reajuste pelo índice IGP-DI. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a apropriação dos juros gerou um impacto de R\$4.073 (R\$14.239 em 31 de dezembro de 2016) e a indexação, de R\$20.331 (R\$43.619 em 31 de dezembro de 2016).

Em 9 de abril de 2015 e 26 de janeiro de 2017, foram efetuados pagamentos junto a EAD nos montantes de R\$370.379 e R\$858.991, respectivamente.

A licença acima mencionada enquadra-se no conceito de ativo qualificável. Consequentemente, os encargos financeiros sobre recursos captados sem destinação específica, utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, são capitalizados pela taxa média de 6,98% ao ano dos empréstimos e financiamentos vigentes durante o período. O montante capitalizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$251.904 (R\$260.756 em 31 de dezembro de 2016).

(h) Custos com comissões a representantes comerciais diferidas
A partir de 2015 a Companhia lançou novas ofertas para clientes corporativos onde os contratos preveem um período contratual mínimo de 24 meses, com cláusula de penalidade em caso de cancelamento antecipado. Essa modalidade de contratação permite que os valores despendidos com comissões a representantes comerciais para aquisição desses clientes sejam capitalizados como ativo intangível de vida útil definida. Os custos capitalizados desses contratos serão amortizados de acordo com a vigência do contrato, líquido de ajuste por *impairment*.

► 16. Arrendamento Mercantil ("Leasing")
Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendatária, detém substancialmente os riscos e benefícios da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e o valor presente dos pagamentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa financeira durante o período de vigência contratual.

A controlada TIM Celular possui contratos de aluguel de torres, como arrendatária, decorrentes de uma operação de venda e *leaseback* financeiro, onde envolve a venda de um ativo e o concomitante arrendamento do mesmo ativo pelo comprador ao vendedor.

A controlada TIM Celular reconheceu um passivo correspondente ao valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato.

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendadora, transfere substancialmente os riscos e benefícios da propriedade para outra parte (arrendatária) são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são transferidos do ativo intangível da Companhia e reconhecidos como um recebimento pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e o valor presente dos recebimentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado como receita financeira durante o período de vigência contratual.

Os arrendamentos ativos são ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

	Consolidado	
	2017	2016
LT Amazonas	205.331	204.762
	205.331	204.762
Parcela circulante	(19.773)	(2.818)
Parcela não circulante	185.558	201.944

LT Amazonas
Em decorrência do contrato firmado com a Telefônica Brasil S.A., a controlada TIM Celular assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefônica Brasil S.A. Nestes acordos, TIM Celular e Telefônica Brasil S.A. dividem investimentos feitos na Região Norte do Brasil. A controlada possui valores mensais a receber da Telefônica Brasil S.A. por um período de 20 anos, reajustados anualmente pelo IPC-A. O valor nominal consolidado das parcelas futuras a receber pela TIM Celular é de R\$510.592.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de recebimentos do contrato em vigor. Tais valores representam os recebimentos estimados nos contratos assinados e encontram-se demonstrados por seus valores nominais, que incluem a inflação projetada até o final do contrato e por seus valores presente.

Termos de Autorização	Data de Expiração		Frequências adicionais	1900 MHz e 1.800 MHz (3G)	V1 (4G)	2500 MHz (Banda P** (4G)	700 MHz (4G)
	450 MHz	800 MHz, 900 MHz e 1.800 MHz					
Amapá, Roraima, Pará, Amazonas e Maranhão Rio de Janeiro e Espírito Santo	-	Março, 2031*	Março, 2031*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR92 (PA) - Fevereiro, 2024* Parte da AR1 (RJ) - Fevereiro, 2024*
Outubro, 2027	Outubro, 2027	Março, 2031*	ES - Abril, 2023	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Distrito Federal, Goiás, Rio Grande do Sul (exceto município de Pelotas e região) e municípios de Londrina e Tamarana no Paraná São Paulo	PR -	Março, 2031*	-	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Outubro, 2027	Outubro, 2027	Março, 2031*	Interior - Abril, 2023	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Paraná (exceto municípios de Londrina e Tamarana)	Outubro, 2027	Setembro, 2022*	-	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	AR41, exceto Curitiba e Região Metropolitana - Fevereiro, 2024* AR41, Curitiba e Região Metropolitana - Julho, 2031
Santa Catarina	Outubro, 2027	Setembro, 2023*	-	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Município e região de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul Pernambuco	-	Abril, 2024*	-	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Ceará	-	Maiço, 2024*	-	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR81 - Julho, 2031
Parabá	-	Novembro, 2023*	-	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Rio Grande do Norte	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Alagoas	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Piauí	-	Março, 2024*	-	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029
Minas Gerais (exceto os municípios do setor 3 do PGO para radiofrequências 3G e sobras)	-	Abril, 2028*	Abril, 2023	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR31 - Fevereiro, 2030*
Bahia e Sergipe	-	Agosto, 2027*	-	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Dezembro, 2029

* Termos já renovados por 15 anos, portanto sem direito a novo período de renovação.
* Somente áreas complementares nos Estados específicos.

► 20. Empréstimos e financiamentos
São classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, sendo representados por passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. No reconhecimento inicial são registrados por seu valor justo e após reconhecimento inicial, são mensurados pelo método da taxa efetiva de juros. As apropriações de despesas financeiras de acordo com o método da taxa efetiva de juros são reconhecidas no resultado, na linha de despesas financeiras.

	Moeda	Encargos	Vencimento	2017	2016
BNDES (1)	URTILP	TILP a TILP + 3,62% a.a.	Jul/18 jul/22	1.945.140	2.546.627
BNDES (1)	UMIPCA	UMIPCA + 2,62% a.a.	Jul/22	-	36.552
BNDES (1)	UM143	SELIC + 2,52% a.a.	Jul/22	1.911.383	2.068.629
BNDES (PSI) (1)	RS	2,50% a 4,50% a.a.	Jul/18 a Jan/21	263.972	444.847
Banco BNP Paribas (3)	USD	Líbor 6M + 2,53% a.a.	Dez/17	-	78.065
Banco Europeu de Investimento (BEI) (2)	USD	Líbor 6M + 0,941% a 1,32% a.a.	Ago/19 a Fev/20	-	622.980
Bank of America (Res. 4131) (4)	USD	Líbor 3M + 2,00% a.a.	Set/18	-	324.860
KfW (3)	USD	Líbor 6M+ 1,35% a.a.	Abr/19	110.937	182.046
KfW Finnvera (3)	USD	Líbor 6M+ 0,75% a.a.	Jan/24	260.522	121.038
Cisco Capital (4)	USD	1,80% a 2,50% a.a.	Set/18 a Dez/20	198.990	294.138
Total				4.690.944	6.719.782
Circulante				(1.351.820)	(1.145.225)
Não Circulante				3.339.084	5.574.557

(1) Aval da controladora TIM Participações e determinados recebíveis da TIM Celular
(2) Fiança Bancária e Aval da Controladora TIM Participações
(3) Aval da controladora TIM Participações
(4) Não possuem garantia

	Valores nominais	Valor presente
Até dezembro de 2018	21.905	19.773
Janeiro de 2019 a dezembro de 2022	99.668	41.287
Janeiro de 2023 em diante	389.019	144.271
	510.592	205.331

O valor presente das parcelas a receber é de R\$205.331 (R\$204.762 em 2016) composto por R\$185.558 de principal e R\$19.773 de juros incorridos até 31 de dezembro de 2017 e foi estimado, na data de assinatura dos contratos com as transmissoras, projetando-se os recebimentos futuros e descontando-os a 12,56% ao ano.

	Consolidado	
	2017	2016
LT Amazonas (i)	351.063	351.798
Venda de Torres (<i>leaseback</i>) (ii)	1.466.895	1.411.055
Outros (iii)	69.214	39.385
	1.887.172	1.802.238
Parcela circulante	(176.925)	(96.604)
Parcela não circulante	1.710.247	1.705.634

A controlada TIM Celular assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil ("LT Amazonas"). A vigência dos acordos é de 20 anos, contados a partir da data em entrada de operação dos ativos. Os contratos preveem pagamentos mensais às detentoras dos direitos de transmissão de energia elétrica, atualizados anualmente pelo IPC-A.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos dos contratos em vigor. Tais valores representam os desembolsos estimados nos contratos assinados e encontram-se demonstrados por seus valores nominais, que incluem a inflação projetada até o final do contrato e por seus valores presente.

	Valores nominais	Valor presente
Até dezembro de 2018	41.607	38.062
Janeiro de 2019 a dezembro de 2022	189.311	70.033
Janeiro de 2023 em diante	230.152	96.604
	461.070	351.063

O valor nominal consolidado das parcelas futuras devidas pela TIM Celular é de R\$970.077. Seu valor presente é de R\$351.063, sendo R\$313.001 de principal e R\$38.062 de juros em 31 de dezembro de 2017 e foi estimado, na data de assinatura dos contratos com as transmissoras, projetando-se os pagamentos futuros e descontando-os a 14,44% ao ano. Além destes saldos, o valor total do direito de uso também contempla R\$50.759 referentes a investimentos em ativo imobilizado feitos pela TIM Celular e posteriormente doados às concessionárias de transmissão de energia elétrica. Tal doação já era prevista nos contratos assinados entre as partes.

ii) Venda e *leaseback* das Torres
A entidade controlada TIM Celular celebrou com a American Tower do Brasil Cessão de Infraestruturas Ltda. ("ATC") em novembro de 2014 e em janeiro de 2015 dois Contratos de Venda de até 6.481 torres de telecomunicações de sua propriedade por cerca de R\$3 bilhões e um Contrato Master de Locação (*Master Lease Agreement* - "MLA") de parte do espaço físico nas referidas torres pelo prazo de 20 anos a contar da data de transferência de cada torre, na modalidade "*sale and leaseback*" que preveem valores mensais de aluguel por parte de torre (*greenfield ou rooftop*). A transação de venda previa um processo de transferência das torres em tranches à ATC, tendo em vista a necessidade de atendimento de determinadas condições precedentes.

Até 31 de dezembro de 2017, foram realizadas 5.873 transferências de torres, sendo 544, 336 e 5.483 nos exercícios de 2017, 2016 e 2015, respectivamente. A referida transação resultou em um valor de venda total no montante de R\$ 2.651.247, sendo o montante de R\$ 1.088.390 contabilizado como receita diferida e amortizado ao longo do período do contrato.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o valor da venda foi de R\$ 19.118 (2016 - R\$ 133.708), sendo apurado uma perda no resultado do exercício findo nessa data no montante de R\$ 845 (2016 - ganho de R\$ 31.471). A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos do contrato em vigor relativos ao MLA. Tais valores representam os desembolsos estimados nos contratos assinados e encontram-se demonstrados por seus valores nominais, que incluem a inflação projetada até o final do contrato e por seus valores presente.

	Valores nominais	Valor presente
Até dezembro de 2018	180.551	112.121
Janeiro de 2019 a dezembro de 2022	771.486	361.189
Janeiro de 2023 em diante	3.701.703	993.585
	4.653.740	1.466.895

O valor nominal consolidado do somatório das parcelas futuras devidas pela TIM Celular é de R\$4.653.740. Seu valor presente é de R\$1.466.895 sendo R\$1.337.638 de principal e R\$129.257 de juros em 31 de dezembro de 2017. O valor presente foi estimado, projetando-se os pagamentos futuros, descontados pelas taxas de desconto utilizadas na data das transações, que variam de 11,01% a 17,08% ao ano, as quais foram determinadas com base em transações observáveis de mercado que a Companhia (o arrendatário) teria que pagar em um leasing similar ou empréstimo.

iii) Está representado substancialmente pelas transações de arrendamento mercantil financeiro em torres de transmissão, sendo que no exercício de 2017, foram adquiridos direito de uso em novas torres no montante de R\$29.634, como já previsto nos acordos contratuais com American Tower em 21 de novembro de 2014.

► 17. Créditos regulatórios a conspurar
Referem-se aos valores de crédito fiscal oriundos da redução da base de clientes que poderão ser compensados com futuro aumento de base de assinantes ou para reduzir demais contribuições futura à ANATEL.

► 18. Fornecedores
As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso usual dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Dado o curto prazo de vencimento destas obrigações, em termos práticos, normalmente as mesmas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

Moeda nacional	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Fornecedores de materiais e serviços (a)	2.870	1.652	3.649.543	3.108.497
Interconexão (b)	-	-	155.114	181.580
<i>Roaming</i> (c)	-	-	1.051	3.349
<i>Co-billing</i> (d)	-	-	62.895	85.554
	2.870	1.652	3.868.603	3.378.980

Moeda estrangeira	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Fornecedores de materiais e serviços (a)	482	434	80.869	67.511
<i>Roaming</i> (c)	-	-	37.085	14.590
	482	434	117.954	82.101
	3.352	2.086	3.986.557	3.461.081

Parcela circulante
(a) Representa o valor a ser pago a fornecedores na aquisição de materiais e na prestação de serviços aplicados ao ativo tangível e intangível ou para consumo na operação, manutenção e administração, conforme os termos do contrato entre as partes.
(b) Refere-se à utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, nos casos em que as chamadas são iniciadas na rede TIM e finalizadas nas outras operadoras.
(c) Refere-se às chamadas efetuadas quando o cliente está fora de sua área de registro, sendo considerado visitante na outra rede.
(d) Refere-se às chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância.

► 19. Autorizações a pagar
Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas possuem os seguintes compromissos junto à ANATEL:



O total da provisão registrada está substancialmente composto pelos seguintes processos cujos valores indicados estão estimados pelos índices estabelecidos pelos governos federal, estadual e/ou municipal para tributos em atraso, estando substancialmente à trelada de variação da taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia):

Tributos Federais

A provisão está substancialmente composta pelos seguintes processos:
 (i) A provisão para a TIM Celular suporta doze processos, relativos a questionamentos envolvendo a incidência sobre operações da CIDE (Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico), CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira), CBSL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), IRRF (Imposto de renda Retido na Fonte), denúncia espontânea da multa no pagamento do FUST (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações) e obrigações acessórias. Deste total, destacam-se os valores envolvidos nos processos judiciais que buscam o reconhecimento do direito de não resgatar a CPMF supostamente incidente sobre operações simultâneas de compra e venda de moeda estrangeira e troca de titularidade de conta decorrente de incorporação societária, cujos valores provisionados, considerando a recente conversão em renda a favor da União, atualizados, equivalem a R\$ 9.092 (R\$ 33.172 em 31 de dezembro de 2016), assim como o valor relativo a multa e juros sobre a contribuição ao FUST do ano de 2009, onde não está sendo reconhecido o benefício da denúncia espontânea, cujo valor provisionado em agosto de 2015 e atualizado é de R\$ 13.516 (R\$ 12.683 em 31 de dezembro de 2016).
 (ii) A provisão para a TIM S.A., relativamente aos tributos federais, suporta três processos que tratam do indeferimento de compensações de tributos federais com saldo negativo de IRPJ e com a CSLL de períodos anteriores aos das compensações, totalizando o montante atualizado de R\$ 5.914 (R\$ 6.077 em 31 de dezembro de 2016).

Tributos Estaduais

A provisão está substancialmente composta pelos seguintes processos:
 (i) A provisão para a TIM Celular suporta três processos, dentre os quais destacam-se os valores envolvidos nas autuações que questionam o estorno de débitos de ICMS, assim como o suporte documental para a comprovação de créditos apropriados para Companhia, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$ 14.610 (R\$ 13.652 em 31 de dezembro de 2016), bem como valores supostamente não oferecidos à tributação pela prestação de serviços de telecomunicações, que, atualizados, equivalem a R\$ 4.605 (R\$ 4.183 em 31 de dezembro de 2016).
 (ii) A provisão para a TIM S.A., relativamente aos tributos estaduais, suporta sete processos, destacando-se os valores envolvidos nas autuações que questionam suporte documental para a comprovação de crédito apropriado para Companhia, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$ 6.940 (R\$ 14.414 em 31 de dezembro de 2016).

Tributos Municipais

Destacam-se os valores envolvidos nas autuações que questionam a retenção e recolhimento do ISS-fonte de serviços de terceiros sem vínculo empregatício, bem como o recolhimento de ISS próprio correspondente a serviços prestados em co-billing.

PPA TIM S.A

Há processos tributários advindos da aquisição da TIM S.A., que compõem o processo de alocação do preço de aquisição desta Controlada e somam R\$85.595 (R\$93.121 em 31 de dezembro de 2016).

d. Processos regulatórios

A ANATEL instaurou processos administrativos em desfavor das controladas pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP e do STFC, dentre outros.

Em 31 de dezembro de 2017, o valor indicado relativo aos Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações ("PADOs"), considerando a atualização monetária, classificados com risco de perda provável é de R\$ R\$50.796 (R\$29.282 em 31 de dezembro de 2016).

Processos judiciais administrativos cujas perdas são avaliadas como possíveis
 A Companhia e suas controladas possuem ações de natureza civil, trabalhista, tributária e regulatória envolvendo riscos de perda classificados por seus consultores jurídicos e pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão para processos judiciais e administrativo constituída, não sendo esperados efeitos materiais adversos nas demonstrações financeiras, conforme valores apresentados a seguir:

	2017	2016
Cível (e.1)	1.286.252	1.698.901
Trabalhista e previdenciária (e.2)	763.505	678.290
Tributária (e.3)	14.528.617	13.832.157
Regulatória (e.4)	178.908	69.572
	16.757.282	16.278.920

Os processos administrativos e judiciais cujas perdas são avaliadas como possíveis e monitorados pela Administração estão divulgados pelos seus valores atualizados.

As principais ações com risco de perda classificadas como possível estão descritas abaixo:

e.1. Cíveis

	2017	2016
Ações movidas por consumidores (e.1.1)	453.231	679.577
ANATEL (e.1.2)	217.012	202.777
Procon e Ministério Público (e.1.3)	158.620	316.007
Ex-parceiros comerciais (e.1.4)	182.843	203.314
Sócio ambiental e infraestrutura (e.1.5)	158.287	130.894
Outros	116.259	165.332
	1.286.252	1.698.901

e.1.1. Ações movidas por consumidores

Referem-se principalmente a ações por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negativação indevida.

e.1.2. ANATEL

As controladas são partes em ações em face da ANATEL, em que se discute: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G e (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço.

e.1.3. Procon e Ministério Público

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público e Procon decorrentes de reclamações de consumidores, em que se discute: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede, (ii) suposta falha na entrega de aparelhos, (iii) suposto descumprimento das legislações estaduais, (iv) modelo de contratação e supostas cobranças indevidas de Serviços de Valor Adicionado - VAS, (v) supostas violações ao Decreto SAC, (vi) supostas violações contratuais; e (vii) bloqueio de dados.

e.1.4. Ex-Parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por diversos ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais.

e.1.5. Socioambiental e infraestrutura

As controladas são partes em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a (i) Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação) e (ii) radiação eletromagnética emitida pelas estruturas de Telecom; (iii) renovação de contratos de locação de terrenos para instalação de sites; (iii) Despejo em terrenos alugados para instalação de sites; (iv) apresentação de dados cadastrais, dentre outros.

e.1.6. Trabalhistas

Há 626 reclamações trabalhistas em 31 de dezembro de 2017 (6.039 em 31 de dezembro de 2016) movidas contra a Companhia e suas controladas, referentes a demandas que envolvem ex-empregados de prestadores de serviços no montante de R\$763.505 atualizado (R\$678.290 em 31 de dezembro de 2016).

Parcela significativa do contingenciamiento existente diz respeito a processos de reestruturação organizacional, dos quais se destacam o encerramento das atividades dos Centros de Relacionamento com o Cliente (*call center*), bem como processos relacionados aos sites internos da TIM, que resultaram no desligamento de colaboradores. Somam-se a estes processos aqueles movidos por terceiros prestadores de serviços com pedidos de vínculo empregatício com a TIM, cujos valores somam R\$27.775 atualizado (R\$9.256 em 31 de dezembro de 2016).

A Companhia é parte em ações cíveis públicas movidas pelo Ministério Público do Trabalho, que tem como objeto essencialmente a alegação de terceirização irregular e requerimento de condenação em danos morais coletivos, referentes a terceirização, totalizando R\$60.351 em 31 de dezembro de 2016).

Há um grupo de ações do Paraná que tem como um dos principais pedidos a indenização por previsão contratual, formalizada em "carimbos" nas carteiras de trabalho. Por meio de norma interna, a TELEPAR comprometeu-se a complementar a aposentadoria de seus empregados admitidos até 1982. Antes da privatização, a TELEPAR propôs a transação deste benefício através do pagamento de uma determinada quantia à vista de R\$3.210 atualizado no risco possível e R\$5.654 atualizado no risco provável (R\$3.521 atualizado no risco possível e R\$7.111 no risco provável atualizado em 31 de dezembro de 2016).

Compra aliada mencionar que existe um grupo de reclamações trabalhistas, em especial em São Paulo e Rio de Janeiro, de ex-empregados da Gazeta Mercantil, Jornal do Brasil e JB Editora requerendo em juízo a inclusão no polo passivo da Holddco, que antes da incorporação pela TIM Participações, pertencia ao Grupo Econômico Docas, do qual a Gazeta Mercantil e Jornal do Brasil fazem parte.

Os demais valores relativos a processos trabalhistas de pedidos diversos movidos por ex-empregados próprios e de empresas terceiras.

e.2.1. Previdenciária

A TIM Celular recebeu Notificação Fiscal de Lançamento de Débito, referente à suposta irregularidade no recolhimento de contribuições previdenciárias relativas ao pagamento de Participação nos Lucros e Resultados, no valor de R\$4.995 atualizado (R\$5.372 em 31 de dezembro de 2016) e sofreu ainda autuação fiscal referente a supostas contribuições previdenciárias incidentes sobre gratificação de contratação; gratificação não ajustada; contraprestação por atividades de autônomos e incentivos a vendas no valor de R\$9.868 atualizado (R\$5.686 em 31 de dezembro de 2016).

A TIM S.A recebeu Notificações Fiscais de Lançamento de Débitos, referente à suposta irregularidade no recolhimento de contribuições previdenciárias incidentes sobre participação nos lucros e resultados, relativo de 11% em contratos de prestação de serviços; falta de recolhimento sobre pró-labore dos dirigentes e falta de preenchimento adequado da Guia de Recolhimento do FGTS - GFIP, além de declaração equivocada na GFIP no valor total de R\$43.756 atualizado (R\$43.496 em 31 de dezembro de 2016).

e.3. Tributárias

	2017	2016
Tributos Federais (e.3.1)	3.752.877	3.560.440
Tributos Estaduais (e.3.2)	7.407.881	6.982.809
Tributos Municipais (e.3.3)	658.783	509.613
FUST, FUNTTEL e EBC (e.3.4)	2.709.076	2.779.295
	14.528.617	13.832.157

Os valores apresentados estão corrigidos, de forma estimada, com base no índice SELIC. O valor histórico envolvido equivale a R\$ 836.184.

e.3.1. Tributos Federais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos federais é de R\$ 3.752.877 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 3.560.440 em 31 de dezembro de 2016). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões: (i) Alegação de suposta incorreção de aproveitamento de créditos tributários por realização de incorporação reversa, amortização do ágio pago na aquisição das empresas de telefonia celular, dedução de despesas de amortização de ágio, exclusão da reversão de ágio, demais reflexos e glosas de compensações e deduções pagas por estimativa, utilização supostamente indevida do benefício da SUDENE por falta de formalização do benefício na Secretaria da Receita Federal (RFB), e falta de recolhimento de IRPJ e CSLL devidos por estimativa. O valor envolvido é de R\$ 2.552.068 (R\$ 2.190.975 em 31 de dezembro de 2016).

(ii) Metodologia de compensação de prejuízos fiscais e bases negativas. O valor envolvido é de R\$ 192.417 (R\$ 93.245 histórico) (R\$ 185.001 em 31 de dezembro de 2016).

(iii) Cobrança de CSLL sobre as variações monetárias decorrentes das operações de swap contabilizadas pelo regime de caixa. O valor envolvido é de R\$ 62.312 (R\$ 58.914 em 31 de dezembro de 2016).

(iv) Cobrança de IRRF sobre rendimentos de residentes no exterior, inclusive aqueles remetidos a título de roaming internacional e pagamento a beneficiários não identificados, bem como a cobrança de CIDE sobre pagamento de royalties em remessas para o exterior, inclusive as remessas a título de roaming internacional. O valor envolvido para a TIM Celular é de R\$ 241.431 (R\$ 229.061 em 31 de dezembro de 2016) e para a TIM S.A. o valor é de R\$ 56.469 (R\$ 52.963 em 31 de dezembro de 2016).

(v) Cobrança de débitos de IRPJ, PIS/COFINS e CSLL decorrente da não homologação ou homologação parcial de compensações realizadas pela Companhia a partir de créditos de retenções na fonte sobre aplicações financeiras e saldo negativo de IRPJ. O valor envolvido é de R\$ 396.103 (R\$ 412.741 em 31 de dezembro de 2016).

e.3.2. Tributos Estaduais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos estaduais é de R\$ 7.407.881 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 6.982.809 em 31 de dezembro de 2016). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões: (i) Alegação de suposta incorreção de aproveitamento de créditos tributários por realização de incorporação reversa, amortização do ágio pago na aquisição das empresas de telefonia celular, dedução de despesas de amortização de ágio, exclusão da reversão de ágio, demais reflexos e glosas de compensações e deduções pagas por estimativa, utilização supostamente indevida do benefício da SUDENE por falta de formalização do benefício na Secretaria da Receita Federal (RFB), e falta de recolhimento de IRPJ e CSLL devidos por estimativa. O valor envolvido é de R\$ 2.552.068 (R\$ 2.190.975 em 31 de dezembro de 2016).

(ii) Metodologia de compensação de prejuízos fiscais e bases negativas. O valor envolvido é de R\$ 192.417 (R\$ 93.245 histórico) (R\$ 185.001 em 31 de dezembro de 2016).

(iii) Cobrança de CSLL sobre as variações monetárias decorrentes das operações de swap contabilizadas pelo regime de caixa. O valor envolvido é de R\$ 62.312 (R\$ 58.914 em 31 de dezembro de 2016).

(iv) Cobrança de IRRF sobre rendimentos de residentes no exterior, inclusive aqueles remetidos a título de roaming internacional e pagamento a beneficiários não identificados, bem como a cobrança de CIDE sobre pagamento de royalties em remessas para o exterior, inclusive as remessas a título de roaming internacional. O valor envolvido para a TIM Celular é de R\$ 241.431 (R\$ 229.061 em 31 de dezembro de 2016) e para a TIM S.A. o valor é de R\$ 56.469 (R\$ 52.963 em 31 de dezembro de 2016).

(v) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias. O valor envolvido é de R\$ 131.625 (R\$ 322.722 em 31 de dezembro de 2016).

(vi) Alegada omissão de débito do imposto nas operações de cessão de meio de rede em que o tributo originariamente diferido não fora supostamente recolhido na fase posterior, nos ditames do Convênio 128/98. O valor envolvido é de R\$ 120.880 (R\$ 112.537 em 31 de dezembro de 2016).

(vii) Incidência do ICMS e do Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP nas operações de aquisição de ativo permanente e outros, bem como na própria prestação de serviços de Telecom em casos específicos determinados pela Legislação. O valor envolvido é de R\$ 175.729 (R\$ 169.431 em 31 de dezembro de 2016).

(viii) Suposto conflito entre as informações constantes de obrigações acessórias e o recolhimento do tributo, bem como questionamento específico de multa pelo descumprimento de obrigações acessórias. O valor envolvido é de R\$ 253.443 - (R\$ 234.006 em 31 de dezembro de 2016).

(ix) Suposta falta de recolhimento de ICMS decorrente da glosa de débitos estornados relacionados ao serviço pré-pago, bem como alegado crédito indevido de ICMS nas salidas de mercadorias supostamente beneficiadas com redução da base de cálculo. O valor envolvido é de R\$ 73.722 (R\$ 69.195 em 31 de dezembro de 2016).

(x) Tributação da prestação de serviços de roaming internacional. O valor envolvido é de R\$ 45.917 (R\$ 39.665 em 31 de dezembro de 2016).

(xi) Lançamento de créditos relativos ao retorno de aparelhos celulares cedidos em comodato. O valor envolvido é de R\$ 185.526 (R\$ 105.418 em 31 de dezembro de 2016).

(xii) Anulação de serviço de Telecom em virtude de faturamento indevido/fraude por subscrição, bem como suposto crédito indevido e em duplicidade de ICMS. O valor envolvido é de R\$ 23.797 (R\$ 22.499 em 31 de dezembro de 2016).

(xiii) Cobrança de ICMS relativo aos serviços de assinatura excluídos da base de cálculo do ICMS devido a sua classificação como serviços não telecom. O valor envolvido é de R\$ 112.848, sem correspondente em 31 de dezembro de 2016.

e.3.3. Tributos Municipais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos municipais é de R\$ 658.783 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 509.613 em 31 de dezembro de 2016). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões: (i) Cobrança de ISS, bem como da multa punitiva pela ausência do suposto imposto devido, sobre diversas contas de cobrança da Companhia. O valor envolvido é de R\$ 136.732 (R\$ 128.145 em 31 de dezembro de 2016).
 (ii) Cobrança de ISS sobre importação de serviços. O valor envolvido é de R\$ 269.547 (R\$183.962 em 31 de dezembro de 2016).
 (iii) Constituição de desativação da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor envolvido é de R\$ 107.519 (R\$ 66.939 em 31 de dezembro de 2016).

e.3.4. FUST e FUNTTEL

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente às contribuições para o FUST e FUNTTEL é de R\$ 2.709.076 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 2.779.295 em 31 de dezembro de 2016). A principal discussão envolve a cobrança da contribuição ao FUST e ao FUNTTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações) a partir da emissão na ANATEL da Súmula nº. 07/2005, visando entre outros, e principalmente, a cobrança da contribuição para o FUST e para o FUNTTEL sobre as receitas de interconexão auferidas por prestadores de serviços de telecomunicações, a partir da vigência da Lei nº. 9.998/2000.

e.4. Regulatórias

A ANATEL instaurou processos administrativos contra as controladas pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP e do STFC, dentre outros.

Em 31 de dezembro de 2017, o valor indicado relativo aos PADOs (Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações"), considerando a atualização monetária, classificados com risco possível era de R\$178.908 (R\$69.572 em 31 de dezembro de 2016).

Ao obter a prorrogação de prazo das autorizações de uso das radiofrequências associadas ao SMP, a controlada TIM Celular torna-se devedora do ônus contratual sobre a receita líquida decorrente dos planos de serviço comercializados no âmbito de cada autorização. No entanto, desde 2011 a ANATEL passou a incluir na base de cálculo do referido ônus também as receitas obtidas com Interconexão, e a partir de 2012, as receitas obtidas com Serviços de Valor Adicionado. No entender da Companhia, a inclusão de tais receitas é indevida em razão de não ser expressamente prevista nos Termos de Autorizações originais, pelo que as cobranças recebidas são discutidas na esfera administrativa e/ou judicial.

► 25. Provisão para futura desmobilização de ativos

As movimentações nas obrigações decorrentes de futura desmobilização de ativos encontram-se resumidas a seguir:

	Consolidado	
	2017	2016
Saldo inicial	21.726	31.609
Reversão/baixas ao longo do exercício, líquidas de adições	649	(11.029)
Atualização monetária no exercício	428	1.146
Saldo final	22.803	21.726

A provisão é realizada com base nas seguintes premissas:

- São estimados os custos unitários de desativação de sites, envolvendo o valor dos serviços e materiais envolvidos nesta desativação. A estimativa é preparada pelo departamento de rede da Companhia, com base em informações atualmente disponíveis;
- É estabelecido um cronograma de desativação, com base na vida útil dos sites, e os custos inicialmente estimados são projetados de acordo com este cronograma, atualizado com base na inflação estimada pela Companhia. A taxa de inflação esperada pela Companhia encontra-se alinhada com as projeções preparadas por instituições representativas do mercado; e
- A taxa de desconto dos fluxos de caixa é representada pelo custo médio da dívida da Companhia que em 31 de dezembro de 2017 era de 8,92% a.a. (12,43 a.a. em 31 de dezembro de 2016).

► 26. Patrimônio líquido a Capital social

O capital social é registrado pelo valor efetivamente captado junto aos acionistas, líquido dos custos diretamente relacionados ao processo de captação.

Quando uma empresa do Grupo compra ações da capital da Companhia, com intuito de mantê-las em tesouraria o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis, é deduzido do patrimônio líquido da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando estas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido dos custos adicionais diretamente atribuíveis à transação, é incluído no patrimônio líquido.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 4.450.000.000 ações ordinárias.

O capital subscrito e integralizado está representado da seguinte forma:

	2017	2016
Valor integralizado	9.913.415	9.913.415
(-) Custos de captação	(47.117)	(47.117)
Valor líquido integralizado	9.866.298	9.866.298
Quantidade de ações ordinárias	2.421.032.479	2.421.032.479

b. Reservas de capital

A utilização das reservas de capital obedece aos preceitos do art. 200 da Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações. Esta reserva é composta da seguinte forma:

	2017	2016
Reserva especial de ágio	380.560	380.560
Opções de compra de ações	35.601	24.678
Reserva de benefício fiscal	1.271.404	1.158.911
	1.687.565	1.564.149

b.1. Reserva especial de ágio

A reserva especial de ágio foi originada das seguintes transações:

(i) Incorporação das antigas controladas TIM Sul e TIM NE - aquisição das ações de minoritários

(ii) A Companhia adquiriu, em 2005, a totalidade das ações de posse dos acionistas minoritários da TIM Sul S.A. e da TIM Nordeste Telecomunicações S.A.. Esta aquisição foi realizada com a emissão de novas ações pela TIM Participações S.A., convertendo as referidas empresas em suas controladas integrais. Esta operação foi registrada à época pelo valor contábil das ações, não registrando ágio decorrente da diferença de valor de mercado entre as ações negociadas.

Quando da primeira adoção de IFRS, a Companhia utilizou-se da isenção que permite a uma controlada, quando adota a prática contábil internacional em data posterior à adoção do IFRS por sua controladora, considerar os saldos anteriormente reportados à controladora para fins de sua consolidação. No balanço de transição para o IFRS, a Companhia registrou o valor da aquisição com base no valor de mercado das ações da TIM Participações S.A. à época, contabilizando ágio no montante de R\$157.556.

(iii) Aquisição das ações da Holddco - compra da Intelig

As variações na quantidade de opções estão apresentadas a seguir:

	2017	2016
Opções de compra de ações	35.601	24.678
Exercidas	(1.271.404)	(1.158.911)
Canceladas	1.271.404	1.158.911
Saldo em 31 de dezembro	35.601	24.678

b.2. Opções de compra de ações

As opções de compra de ações foram emitidas em 2017 e 2016 para a aquisição de ações da Companhia e de suas controladas. As opções de compra de ações foram emitidas em 2017 e 2016 para a aquisição de ações da Companhia e de suas controladas. As opções de compra de ações foram emitidas em 2017 e 2016 para a aquisição de ações da Companhia e de suas controladas.

As opções de compra de ações foram emitidas em 2017 e 2016 para a aquisição de ações da Companhia e de suas controladas. As opções de compra de ações foram emitidas em 2017 e 2016 para a aquisição de ações da Companhia e de suas controladas.

As opções de compra de ações foram emitidas em 2017 e 2016 para a aquisição de ações da Companhia e de suas controladas. As opções de compra de ações foram emitidas em 2017 e 2016 para a aquisição de ações da Companhia e de suas controladas.

As opções de compra de ações foram emitidas em 2017 e 2016 para a aquisição de ações da Companhia e de suas controladas. As opções de compra de ações foram emitidas em 2017 e 2016 para a aquisição de ações da Companhia e de suas controladas.

As opções de compra de ações foram emitidas em 2017 e 2016 para a aquisição de ações da Companhia e de suas controladas. As opções de compra de ações foram emitidas em 2017 e 2016 para a aquisição de ações da Companhia e de suas controladas.

As opções de compra de ações foram emitidas em 2017 e 2016 para a aquisição de ações da Companhia e de suas controladas. As opções de compra de ações foram emitidas em 2017 e 2016 para a aquisição de ações da Companhia e de suas controladas.

As opções de compra de ações foram emitidas em 2



▶ 30. Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Recitas	-	-	28.722	28.134
Receita de subvenção, líquida	-	-	41.699	39.639
Multas s/ serviços de telecomunicações	-	-	2.865	57.563
Receita na alienação de ativos (*)	-	-	-	-
Outras receitas	6	191	171.273	181.234
	6	191	244.559	306.570
Despesas	-	-	(140.878)	(163.955)
FUST/FUNTEL (**)	-	-	(4.466)	(2.980)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	-	-
Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de reversão	(816)	94	(366.476)	(352.154)
Despesa na alienação de ativos (*)	-	-	(6.618)	(14.473)
Outras despesas	(94)	(79)	(24.831)	(21.987)
	(910)	15	(543.269)	(555.549)
Amortização de autorizações	-	-	(261.927)	(273.081)
	(910)	15	(805.196)	(828.630)
Outras receitas (despesas), líquidas	(904)	206	(560.637)	(522.060)

(*) Durante o exercício de 2017 foram transferidas 54 torres referente à 6ª tranche para ATC conforme os contratos celebrados entre as partes (nota 16). O *leaseback* foi analisado e classificado como *leasing* financeiro, considerando os requisitos previstos no IAS17/CPC 06 (R1), aprovado por Deliberação da CVM.

Os riscos e benefícios dos ativos foram repassados ao comprador nas datas de cada transferência e foi reconhecida uma despesa líquida na alienação desses ativos no montante de R\$1.802 no período, como outras receitas (despesas) operacionais.

(**) Representam os gastos incorridos com as contribuições sobre as diversas receitas de telecomunicações devidas a ANATEL, conforme legislação em vigor.

▶ 31. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Juros sobre aplicações financeiras	1.671	2.610	369.517	477.667
Juros de clientes	-	-	38.227	43.340
Juros swap	-	-	32.300	129.179
Juros sobre leasing	-	-	22.709	25.756
Atualização monetária	5.256	1.887	39.694	61.628
Outras receitas	-	-	10.118	12.880
	(904)	206	(560.637)	(522.060)

▶ 32. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(211.108)	(199.077)
Juros sobre fornecedores	(1)	-	(998)	(21.474)
Juros sobre impostos e taxas	(34)	(33)	(5.712)	(28.944)
Juros swap	-	-	(85.362)	(230.642)
Juros sobre leasing	-	-	(257.205)	(246.280)
Atualização monetária	237	(318)	(278.272)	(269.031)
Descontos concedidos	-	-	(52.683)	(61.082)
Outras despesas	(23.713)	(2.856)	(118.213)	(99.955)
	(23.511)	(3.207)	(1.009.653)	(1.156.485)

▶ 33. Variações cambiais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Recitas	-	-	287.777	1.162.987
Empréstimos e financiamentos	-	-	4.124	12.238
Fornecedores	8	71	130.971	512.824
Swap	-	-	7.146	10.996
Outros	8	71	430.018	1.699.045
Despesas	-	-	(271.286)	(714.773)
Empréstimos e financiamentos	(39)	(36)	(6.819)	(8.213)
Fornecedores	-	-	(147.356)	(960.635)
Swap	-	-	(5.305)	(20.269)
Outros	(39)	(36)	(430.766)	(1.703.890)
	(31)	35	(748)	(4.845)

A variação cambial no exercício está relacionada a empréstimos e financiamentos e fornecedores em moeda estrangeira. O efeito foi reduzido por operações com derivativos (nota 38).

▶ 34. Despesas de imposto de renda e contribuição social

	Consolidado	
	2017	2016
Imposto de renda e contribuição social correntes	(203.932)	(309.695)
Imposto de renda do exercício	(77.148)	(110.997)
Contribuição social do exercício	112.493	112.250
Incentivo fiscal – SUDENE/SUDAM (*)	(168.587)	(308.442)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(23.976)	29.482
Contribuição social diferida	(8.631)	9.947
	(32.607)	39.429
Provisão para contingências de imposto de renda e contribuição social	185	124
	(32.422)	39.553
	(201.009)	(262.889)

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com os valores refletidos no resultado está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.234.507	750.427	1.435.516	1.013.316
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada (Adições) / exclusões:	(419.732)	(255.145)	(488.075)	(344.527)
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias (não reconhecidas) reconhecidas	(3.620)	(6.025)	68.716	6.611
Resultado de equivalência patrimonial	435.180	261.202	-	-
Adições, exclusões permanentes:	-	-	-	-
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	(18)	(32)	(6.638)	(18.634)
Impacto de arrendamento mercantil financeiro	-	-	(35.872)	(30.700)
Benefício fiscal relacionado aos juros sobre o capital próprio destinados	(11.810)	-	64.597	-
Incentivo fiscal SUDENE/SUDAM (**)	-	-	112.498	118.250
Utilização de prejuízos fiscais anteriormente não reconhecidos	-	-	11.176	-
Outros valores	-	-	72.589	6.111
	419.732	255.145	287.066	81.338

Imposto de renda e contribuição social registrados ao resultado do exercício Alíquota efetiva

	2017	2016
Imposto de renda e contribuição social	(201.009)	(262.889)
Alíquota efetiva	14,00%	25,94%

▶ 35. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o período.

	2017	2016
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	1.234.507	750.427
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.420.016	2.420.237
Lucro básico por ação (expresso em R\$)	0,51	0,31

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais dilutivas.

	2017	2016
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	1.234.507	750.427
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.421.072	2.420.241
Lucro diluído por ação (expresso em R\$)	0,51	0,31

O cálculo do lucro diluído por ação considerou 1.056 milhões de ações (4,53 milhões de ações em 2016) relacionadas com a 2ª, 3ª Outorga do Plano 2011-2013 e 2ª e 3ª Outorga do Plano 2014-2016, conforme mencionado na nota 27.

▶ 36. Transações com Grupo Telecom Italia

Os saldos consolidados das transações com empresas do Grupo Telecom Itália são os seguintes:

	Ativo		Passivo	
	2017	2016	2017	2016
Telecom Italia Sparkle (1)	1.416	5.246	-	-
TI Sparkle (4)	1.544	2.471	-	-
TIM Brasil (6)	13.619	12.587	-	-
Grupo Havas (8)	115.840	-	-	-
Outros	709	674	-	-
Total	133.128	20.978	-	-
	Passivo		Ativo	
	2017	2016	2017	2016
Telecom Italia S.p.A. (2)	35.288	29.094	-	-
Telecom Italia Sparkle (1)	10.686	22.898	-	-
TI Sparkle (4)	9.223	7.822	-	-
TIM Brasil	4.903	4.877	-	-
Grupo Vivendi (7)	6.430	3.947	-	-
Grupo Havas (8)	29.008	-	-	-
Outros	107	38	-	-
Total	95.645	68.676	-	-

(1) Os valores referem-se a *roaming*, serviços de valor adicionado – VAS, cessão de meios e voz internacional-wholesale.
(2) O Grupo Telecom Argentina é composto pelas empresas: T54 ecom Personal, Telecom Argentina e Nucleo.
(3) Em 8 de março de 2016, a Telecom Italia concluiu a venda da totalidade de sua participação no Grupo Telecom Argentina.
(4) Os valores referem-se a *roaming* internacional, assistência técnica e serviços de valor adicionado – VAS.
(5) Os valores referem-se ao desenvolvimento e manutenção de *softwares* utilizados no faturamento de serviços de telecomunicações.
(6) Os valores referem-se a aluguel de *links*, aluguel de EILD, aluguel de meios (cabo submarino) e serviço de sinalização.
(7) Os valores referem-se a contratação de seguros para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, saúde, entre outros.
(8) Referem-se principalmente a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas.
(9) Os valores referem-se aos serviços de valor adicionado – VAS.
(10) Os valores referem-se aos serviços publicidade.

No terceiro trimestre de 2017 a empresa "Lan Group" teve a sua denominação alterada para "TI Sparkle". Os saldos das contas patrimoniais estão registrados nos grupos: contas a receber de clientes, despesas antecipadas, fornecedores e outros ativos e passivos circulantes.

A Companhia possui ações de investimento social que contemplam doações, projetos desenvolvidos pelo Instituto TIM e patrocinados. Em 2017, a Companhia investiu R\$ 5,014 milhões com recursos próprios em benefício social.

▶ 37. Remuneração da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui: diretores estatutários e o Conselho de Administração. A remuneração do pessoal-chave da Administração pela prestação dos seus serviços está apresentada a seguir:

	2017	2016
Salários e outros benefícios de curto prazo	21.757	18.523
Pagamentos com base em ações	6.791	1.200
	28.548	19.723

▶ 38. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Dentre os instrumentos financeiros registrados na Companhia e suas controladas destacam-se também os derivativos que são passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço tais passivos são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os riscos de variações cambiais relacionam-se com a possibilidade das controladas computarem i) prejuízos decorrentes de flutuações nas taxas de câmbio aumentando os saldos de dívida com financiamentos obtidos no mercado e as despesas financeiras correspondentes ou ii) aumento de custo em contratos comerciais que possuam algum tipo de vinculação a variação cambial. Para que esses tipos de riscos sejam mitigados, as controladas realizam: contratos de swap com instituições financeiras com o objetivo de anular os impactos em seus empréstimos e financiamentos e contratos comerciais com cláusulas de bandas cambiais com o objetivo de mitigar parcialmente os riscos cambiais.

Em 31 de dezembro de 2017, os empréstimos e financiamentos das controladas indexados à variação de moedas estrangeiras se encontram integralmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de swap. Os ganhos ou perdas com esses contratos de swap são registrados no resultado de suas controladas.

Além dos riscos mencionados acima não existem outros ativos e passivos financeiros em montantes significativos que estejam indexados a moedas estrangeiras.

(ii) Riscos de taxa de juros

Os riscos da taxa de juros relacionam-se com:

- A possibilidade de variações no valor justo dos financiamentos obtidos pela controlada TIM Celular indexados à TJLP, quando tais taxas não acompanharem proporcionalmente as taxas referentes aos Certificados de Depósito Interbancários (CDI). Em 31 de dezembro de 2017 a controlada TIM Celular não possuía nenhuma operação de swap atrelada a TJLP.
- A possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros causaria um aumento nas despesas financeiras das controladas, em decorrência da parcela da dívida e das posições passivas que as controladas possuem nos contratos de swap atrelados a taxas de juros flutuantes (percentual do CDI). Todavia, em 31 de dezembro de 2017, as controladas mantêm seus recursos financeiros aplicados em Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), o que reduz substancialmente esse risco.
- (iii) Risco de crédito inerente à prestação de serviços

O risco está relacionado à possibilidade de as controladas computarem prejuízos decorrentes da incapacidade dos assinantes honrarem os pagamentos dos valores faturados. Para minimizar este risco, as controladas realizam preventivamente análises de crédito de todos os pedidos imputados pelas áreas de vendas e monitora as contas a receber de assinantes, bloqueando a capacidade de utilização de serviços, entre outras ações, caso os clientes não paguem suas dívidas. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 ou receitas de serviços prestados.

(iv) Risco de crédito inerente à venda de aparelhos telefônicos e de cartões de telefones pré-pagos

A política das controladas para venda de aparelhos telefônicos e distribuição de cartões de telefones pré-pagos está diretamente relacionada aos níveis de risco de créditos aceitos durante o curso normal do negócio. A seleção de parceiros, a diversificação da carteira de contas a receber, o monitoramento das condições de empréstimos, as posições e limites de pedidos estabelecidos para os negociantes, a constituição de garantias reais são procedimentos adotados pelas controladas para minimizar possíveis problemas de cobrança com seus parceiros comerciais. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas de venda em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 ou 10% das receitas de mercadorias.

(v) Risco de crédito financeiro

A previsão de fluxo de caixa é realizada e agregada pelo departamento de finanças e tesouraria da Companhia. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de investimento, financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas contratuais, cumprimento das metas internas e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

O risco está relacionado à possibilidade da Companhia e suas controladas computarem perdas derivadas da dificuldade de resgate das aplicações financeiras de curto prazo e dos contratos de swap, em razão de eventual insolvência das contrapartes. As controladas minimizam o risco associado a esses instrumentos financeiros mantendo operações apenas com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado, além de seguir política que estabeleça níveis máximos de concentração de risco por instituição financeira.

Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados estão apresentados a seguir:

	2017		2016	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Operações com derivativos	80.790	(32.463)	48.327	(216.922)
Parcela circulante	53.875	(14.044)	39.831	82.454
Parcela não circulante	26.915	(18.419)	8.496	(134.468)

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados em 31 de dezembro de 2017 vencíveis a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	Ativo	Passivo
2019	20.006	6.588
2020	1.382	6.588
2021	1.382	1.747
2022 em diante	4.145	3.496
	26.915	18.419

Os passivos financeiros não derivativos são substancialmente compostos pelos contratos a pagar com fornecedores, dividendos a pagar e outras obrigações, cujo vencimento ocorrerá nos próximos 12 meses, exceto pelos empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil financeiro, cujo os fluxos nominais de pagamentos estão divulgados nas notas 20 e 16.

Instrumentos financeiros consolidados mensurados pelo valor justo:

	2017		2016	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Parcela circulante	80.790	(32.463)	48.327	(216.922)
Parcela não circulante	53.875	(14.044)	39.831	82.454
Parcela não circulante	26.915	(18.419)	8.496	(134.468)

	2017		2016	
	Nível 1	Nível 2	Saldo total	
Ativos	-	-	-	-
Ativos financeiros ao valor justo	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	765.614	-	765.614	-
Derivativos usados para hedge	-	(80.790)	-	(80.790)
Total do ativo	765.614	80.790	846.404	-
Passivos	-	-	-	-
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	-	-	-
Derivativos usados para hedge	-	32.463	-	32.463
Total do passivo	-	32.463	-	32.463

Moeda	Tipo de SWAP	Dívida	SWAP		Total Dívida	Total Swap (Ponta Ativa)	% Cobertura	TAXAS MÉDIAS SWAP	
			US\$	LIBOR X DI				Ponta Ativa	Ponta Passiva
USD	LIBOR X DI	KfW	JP Morgan	110.937	110.937	100%	LIBOR 6M + 1,35% a.a.	102,50% do CDI	
USD	LIBOR X DI	KfW/ Finnvera	JP Morgan e BOFA	260.522	260.522	100%	LIBOR 6M + 0,75% a.a.	80,29% do CDI	
USD	PRE X DI	CISCO	Santander e JP Morgan	198.990	198.990	100%	2,18% a.a.	87,62% do CDI	

Moeda	Tipo de SWAP	Dívida	SWAP		Total Dívida	Total Swap (Ponta Ativa)	% Cobertura	TAXAS MÉDIAS SWAP	
			US\$	LIBOR X DI				Ponta Ativa	Ponta Passiva
USD	LIBOR X DI	BEI	BOFA	622.980	622.980	100%	LIB		



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mario Cesar Pereira de Araujo (Presidente)
Alberto Emmanuel Carvalho Whitaker (Membro do Conselho de Administração)
Enrico Barsotti (Membro do Conselho de Administração)
Enrico Zampone (Membro do Conselho de Administração)
Herculano Anibal Alves (Membro do Conselho de Administração)
Manoel Horácio Francisco da Silva (Membro do Conselho de Administração)
Mario Di Mauro (Membro do Conselho de Administração)
Nicoletta Montella (Membro do Conselho de Administração)
Sabrina Valenza (Membro do Conselho de Administração)
Stefano De Angelis (Membro do Conselho de Administração)

DIRETORIA

Stefano De Angelis - Diretor Presidente
Adrian Calaza - *Chief Financial Officer* e Diretor de Relações com Investidores
Daniel Junqueira Pinto Hermeto - *Purchasing & Supply Chain Officer*
Mario Girasole - *Regulatory and Institutional Affairs Officer*
Pietro Labriola - *Chief Operating Officer*
Leonardo De Carvalho Capdeville - *Chief Technology Officer*
Jaques Horn - Diretor Jurídico

CONTADORA RESPONSÁVEL

Manoela de Paiva Suassuna - CRC RJ - 102467/O-5 - CPF: 806.902. 177-91

CONSELHO FISCAL

Walmir Kesseli
 Presidente do Conselho Fiscal
Josino de Almeida Fonseca
 Membro do Conselho Fiscal
Jarbas Tadeu Barsanti Ribeiro
 Membro do Conselho Fiscal

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Alberto Emmanuel Carvalho Whitaker
 Coordenador
Mario Cesar Pereira de Araujo
 Membro do Comitê de Auditoria Estatutário
Herculano Anibal Alves
 Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da TIM Participações S.A. ("Companhia"), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as disposições legais e compreenderam: (i) a análise dos relatórios financeiros elaborados periodicamente pela Companhia; (ii) a Proposta da Administração de destinação

do resultado do exercício de 2017 e de distribuição de dividendos da Companhia; (iii) o acompanhamento dos trabalhos realizados pelos auditores externos e internos; e (iv) as indagações sobre atos e transações relevantes efetuadas pelos Administradores.

Com base nos nossos exames, nas informações prestadas e nos esclarecimentos recebidos e, também, considerando o Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, BDO RCS Auditores Independentes S.S., sem Rio de Janeiro (RJ), 05 de fevereiro de 2018.

ressalvas, emitido no dia 05 de fevereiro de 2018, o Conselho Fiscal é de parecer favorável de que: (i) o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acima mencionadas refletem adequadamente as informações nelas contidas; e (ii) a Proposta da Administração de destinação do resultado do exercício de 2017 e de distribuição de dividendos da Companhia estão todas em condições de serem submetidas à apreciação pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

Walmir Kesseli
 Presidente do Conselho Fiscal

Josino de Almeida Fonseca
 Membro do Conselho Fiscal

Jarbas Tadeu Barsanti Ribeiro
 Membro do Conselho Fiscal

Jaques Horn
 Secretário da Mesa

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

1. Sobre o Comitê

O Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE") da TIM Participações S.A. ("Companhia") é um órgão estatutário, de funcionamento permanente, criado pela Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 12 de dezembro de 2013, buscando as melhores práticas de Governança Corporativa, conforme recomendado, e nos moldes da Instrução Normativa da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 509/2011. Em 23 de dezembro de 2013, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Regimento Interno do CAE.

O CAE é formado por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, para o mandato de 2 (dois) anos, que coincidirá com o mandato dos membros do Conselho de Administração, sendo permitida a reeleição por um período máximo de 10 (dez) anos.

De 1º de janeiro a 19 de abril de 2017, o CAE teve a seguinte composição: Srs. Alberto Emmanuel Carvalho Whitaker (Coordenador), Adhemar Gabriel Bahadrian e Herculano Anibal Alves. Com a eleição dos novos conselheiros de administração na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 19 de abril de 2017, para o mandato 2017/2019, o Conselho de Administração elegeu os seguintes membros para compor o CAE: Srs. Alberto Emmanuel Carvalho Whitaker (Coordenador), Herculano Anibal Alves e Mario Cesar Pereira de Araujo. Todos são caracterizados como independentes segundo critério da CVM.

O CAE tem como objetivos supervisionar a qualidade e a integridade dos relatórios financeiros, sua aderência às normas legais, regulatórias e estatutárias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e às atividades dos auditores, tanto os internos quanto os independentes, bem como supervisionar e avaliar a celebração de contratos de qualquer natureza entre a Companhia ou suas controladas, de um lado, e, de outro lado, o acionista controlador ou suas sociedades controladas, coligadas, sujeitas a controle comum ou controladoras deste último, ou que de outra forma constituam partes relacionadas à Companhia.

Além de suas atribuições ordinárias, o CAE também desempenha a função de *Audit Committee* da Companhia, em conformidade com o disposto na *Sarbanes Oxley Act*, ao qual a Companhia está sujeita por ser uma sociedade registrada na *US Securities and Exchange Commission* ("SEC"), face possuir *American Depositary Receipts (ADRs)* na The New York Stock Exchange ("NYSE") desde 16 de novembro de 1998.

2. Atividades do Comitê de Auditoria Estatutário da TIM Participações em 2017
 Após estabelecer uma programação anual para o cumprimento de suas atribuições, foram realizadas, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017, 20 reuniões ordinárias do CAE que contemplaram 114 itens de Ordem do Dia (sessões). As reuniões tiveram duração média de 8 horas cada e, durante as discussões, foram envolvidos diretamente o Presidente do Conselho de Administração, o Diretor Presidente (*Chief Executive Officer*), o Diretor Financeiro (*Chief Financial Officer*) e outros membros da Diretoria Executiva, Gerentes Executivos, Auditores Internos e Independentes e a área de *Compliance* da Companhia. Dentre as atividades realizadas durante o exercício, cabe destacar as seguintes:

I. Análise o plano anual de trabalho dos auditores independentes e discutiu os resultados das atividades desempenhadas por estes, em 11 (onze) sessões durante o ano de 2017. A BDO RCS Auditores Independentes S.S. ("BDO") foi a empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2017, pelo planejamento e execução das auditorias até a revisão das informações trimestrais ("ITRs"), conforme as normas reconhecidas, bem como responsável pela revisão especial dos ITRs, enviados à CVM. Seu parecer deve assegurar que as referidas demonstrações financeiras representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Companhia, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, na legislação societária brasileira, nas normas da CVM e nas normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS - *International Financial Reporting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standard Board (IASB)*. A *PricewaterhouseCoopers ("PwC")* atuou como auditor da TIM Celular S.A., subsidiária integral da Companhia, e da TIM S.A. (antiga denominação de Intelig Telecomunicações Ltda.), controlada pela Companhia, bem como continuou como responsável pela revisão do Formulário 20-F (SEC) da Companhia.

II. Supervisionou as atividades desempenhadas pela Auditoria Interna da Companhia, em 13 (treze) sessões durante o ano de 2017, analisando o plano anual de trabalho e discutindo o resultado das atividades desempenhadas e das revisões efetuadas, e avaliou o desempenho dos auditores internos. No Programa Anual de Auditoria de 2017, foram oficializadas 37 (trinta e sete) atividades, das quais 25 (vinte e cinco) foram concluídas ou substancialmente concluídas.

III. Supervisionou e analisou a eficácia, qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos, em 11 (onze) sessões durante o ano de 2017, a fim de, entre outros objetivos, monitorar o cumprimento das disposições relacionadas: (a) à apresentação das demonstrações financeiras, incluindo as informações financeiras trimestrais e outras demonstrações intermediárias; e (b) às informações e medições divulgadas com base em dados contábeis

3. Assuntos Discutidos com os Auditores Externos considerando a nova forma de apresentação do Relatório de Auditoria (NBC TA 701)

ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras, sobretudo em relação aos controles internos que sustentam a certificação SOX. IV. O CAE informou-se sobre os principais processos dentro da Companhia, avaliando a sua qualidade e o comprometimento dos integrantes da alta administração com o seu aperfeiçoamento contínuo. Como resultado das reuniões com as áreas internas da Companhia, o CAE teve a oportunidade de oferecer ao Conselho de Administração sugestões de melhoria nos processos, bem como de acompanhar suas implementações, e a execução das recomendações de melhoria identificadas no decorrer dos trabalhos das auditorias e nas discussões com as áreas de negócios e de controles. Com base nas informações colhidas, o CAE julga que o sistema de controles internos da Companhia e de suas controladas é adequado ao porte e complexidade de seus negócios, bem como estrutura de modo a garantir a eficiência das suas operações, dos sistemas que geram os relatórios financeiros e, ainda, está de acordo com as normas internas e externas a que se sujeitam as transações.

V. Acompanhou e supervisionou os trabalhos desenvolvidos pela área de *Compliance* da Companhia, em 9 (nove) sessões, com destaque aos assuntos relacionados à: (i) SOX (Sarbanes-Oxley) *Compliance*, por meio de monitoramento de deficiências apontadas pelo Auditor Externo e pela administração da Companhia; (ii) *Compliance* de Tecnologia da Informação e Segurança Corporativa, ressaltando os riscos de *Cyber Security*; (iii) *Compliance* de Processos Comerciais e gerais da Companhia; fraude e corrupção, garantindo a aderência a leis, normas, padrões e regulamentos internos e externos.

VI. Tomou conhecimento das principais alterações propostas no âmbito regulatório e as mudanças institucionais previstas, bem como os principais aspectos dos cenários político e econômico, com destaque para os riscos e desafios da conjuntura atual que possam impactar a Companhia.

VII. No desempenho de suas atividades, o CAE acompanhou regularmente questões relacionadas à: (i) Satisfação do consumidor e qualidade dos serviços e do atendimento; (ii) Estímulo à inovação aplicada a produtos e serviços; (iii) Transparência e prestação de contas aos stakeholders; (iv) Ética nos negócios; (v) Inclusão digital; (vi) Diálogos e comunicação com públicos de relacionamento; (vii) Gestão de produtos eletrônicos; (viii) Investimento em infraestrutura; e (ix) Desenvolvimento de novas tecnologias.

VIII. No decorrer de 2017, o CAE analisou relatórios de *Enterprise Risk Management* ("ERM") da Companhia com foco no monitoramento do plano de trabalho para revisão e atualização dos fatores de risco publicados pela Companhia, gestão dos riscos financeiros, apetite de risco da Companhia e adequação dos fatores de risco constantes no Formulário de Referência da Companhia, no inventário dos riscos SOX/CVM. Este tema foi trazido em 16 (dezesseis) sessões durante o ano de 2017. A estrutura de gestão de riscos da Companhia é compartilhada entre o CAE e o Comitê de Controle e Riscos ("CCR"). Ambos são órgãos de governança vinculados ao Conselho de Administração conforme definido pelo Estatuto Social da Companhia.

IX. Dentre das atribuições previstas no Estatuto Social da Companhia e no Regimento Interno do CAE, examinou, avaliou e opinou, previamente, sobre 31 (trinta e um) contratos de naturezas diversas entre a Companhia ou suas controladas, de um lado, e partes relacionadas, de outro lado. Todas as contratações seguiram estritamente o processo de governança necessário para atender tanto às normas de *Compliance* internas da Companhia, quanto à regulamentação da CVM e da SEC. As informações relevantes sobre as contratações estão devidamente divulgadas no Formulário de Referência da Companhia.

X. Participou das discussões sobre o procedimento de divulgação de contratos entre a Companhia ou suas controladas, de um lado, e Partes Relacionadas, de outro lado, em atendimento à Instrução Normativa CVM nº 552/2015, que modificou a Instrução Normativa CVM nº 480/2009.

XI. No âmbito de suas atribuições, o CAE analisou, em 9 (nove) sessões durante o ano de 2017, os relatórios referentes às denúncias recebidas pelo Canal de Denúncias da Companhia e as respectivas ações de melhoria previstas. Os relatórios, que são divididos por tipologia, ficam arquivados na sede da Companhia.

XII. Além das 20 (vinte) reuniões informadas, necessárias para o adequado desempenho de suas funções, os membros do CAE participaram de, no mínimo, 6 (seis) reuniões privadas, de 2 (duas) horas cada, com os auditores independentes, BDO e PwC, e com a área de Auditoria Interna da Companhia, sem a presença de administradores ou de outros gestores da organização, para avaliação de possíveis cerceamentos ou risco de quebra de independência ou de qualquer tipo de ingerência da administração, no desenvolvimento dos trabalhos das respectivas auditorias.

XIII. O Comitê de Auditoria Estatutário atendeu indagações formuladas pelo Conselho Fiscal sobre a estrutura de controles da Companhia, e o acompanhamento destes, e outros assuntos pertinentes.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da **TIM Participações S.A.**, Rio de Janeiro - RJ

Opinião
 Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **TIM Participações S.A.** ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião
 Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
 Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para contingências tributárias
 De acordo com a Nota Explicativa nº 24 às demonstrações contábeis, a Companhia e suas controladas são parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui assuntos de natureza tributária em discussão em várias esferas processuais, no montante total de R\$ 15 bilhões, sendo R\$ 180 milhões provisionados para processos com probabilidade de perda provável, com base na opinião de seus assessores jurídicos e da Administração. As situações onde as perdas são consideradas possíveis são objeto de divulgação e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas.

Resposta da auditoria ao assunto
 Considerando a relevância dos valores envolvidos e a necessidade de julgamento crítico em relação à probabilidade de perda nas discussões judiciais, qualquer mudança de prognóstico e/ou julgamento pode trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia. Nossos procedimentos de auditoria incluíram:
 • Obtenção de confirmação (circularização) junto aos assessores jurídicos da Companhia para todos os processos tributários em andamento, bem como a respectiva avaliação de valores e probabilidade de perda;
 • Para determinados processos tributários, obtenção de opinião de especialistas tributários (*second opinion*) sobre a razoabilidade dos prognósticos dos assessores jurídicos e avaliação dos argumentos e/ou teses de defesa com envolvimento dos nossos especialistas;
 • Avaliação da adequação das divulgações na nota explicativa.

Com base nas evidências obtidas, considerando a incerteza inerente a questões legais e tributárias, determinamos que a provisão está apropriada; e validamos a suficiência e adequação das divulgações em nota explicativa.

Avaliação de perda por impairment de ativo
 A Companhia possui registrado ativo no montante de R\$ 1,53 bilhões em 31 de dezembro de 2017 referente à aquisição de empresas em anos anteriores, conforme Nota Explicativa nº 15 às demonstrações contábeis. A Administração avalia, no mínimo anualmente, o risco de *impairment* desses ativos, baseado no método do valor em uso ou em modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, o qual exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos. Este procedimento envolve julgamento significativo sobre os resultados futuros do negócio, em que qualquer ajuste nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos na avaliação e impactos nas demonstrações contábeis da Companhia tomadas em conjunto.

Resposta da auditoria ao assunto
 Avaliamos e questionamos as previsões de fluxo de caixa futuro preparadas pela Administração e o processo usado na sua elaboração, inclusive efetuando a comparação com os seus planos mais recentes de negócios.

Questionamos as principais premissas da Administração para as taxas de crescimento de longo prazo nas previsões, por meio da comparação com previsões econômicas e setoriais, e a taxa de desconto considerando o custo de capital da Companhia. Verificamos também a adequação das divulgações realizadas em nota explicativa às demonstrações contábeis.

Com base em nossos procedimentos, consideramos que as premissas da administração estão dentro de um intervalo razoável e que as respectivas divulgações são aceitáveis.

Reconhecimento de receita unbill'd
 Conforme Nota Explicativa nº 28 às demonstrações contábeis, o reconhecimento de receita na indústria de telecomunicações é considerado um risco inerente, porque o processo envolve sistemas complexos de faturamento, que processam grandes volumes de dados, com uma combinação de diferentes produtos vendidos e variações de preços durante o ano, que podem mudar a partir dos diferentes planos e ações de marketing. As receitas são reconhecidas mensalmente, através do faturamento, e as receitas a faturar entre a data de faturamento e o final do mês (*unbill'd*) são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado. Os cálculos de receitas não faturadas do mês anterior são estornados e um novo cálculo de *unbill'd* é feito a cada mês corrente. Eventuais problemas no cálculo dessa estimativa podem impactar de forma relevante as demonstrações contábeis da Companhia.

Resposta da auditoria ao assunto
 Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:
 • Avaliação e teste sobre os sistemas relevantes de Tecnologia da Informação (TI);
 • Teste detalhado sobre as receitas de vendas de serviços, por meio de amostragem não estatística;
 • Entendimento e avaliação da estimativa adotada pela administração da Companhia para determinação da receita incorrida ainda não faturada no final do exercício (*unbill'd*), bem como comparação dessa estimativa com a receita efetivamente faturada do mês subsequente após o fechamento (*bill'd*);
 • Adequação das divulgações apresentadas em nota explicativa.

Com base em nossos procedimentos, consideramos que as políticas adotadas para reconhecimento da receita *unbill'd* estão adequadas.

Outros assuntos
Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)
 As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor
 A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Nossa conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas
 A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela

supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas
 Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.

BDO BDO RCS Auditores Independentes SS Julian Clemente
 CRC 2 SP 013846/F Contador CRC 1 SP 197232/O-6 - S - RJ